

Projetos antiviolença têm prioridade na CCJ

A próxima reunião da CCJ será destinada exclusivamente à votação de projetos do pacote antiviolença. A intenção é concluir as votações do pacote em 15 dias. Um dos temas em discussão pelo grupo de trabalho da CCJ é a autonomia aos estados quanto à legislação relacionada a segurança pública.

PÁGINA 10

cidadania

Menopausa marca início de nova fase

Ondas de calor e alterações de humor podem fazer dessa fase uma das mais difíceis da vida da mulher. Portanto, é preciso garantir que ela seja percorrida com o máximo de saúde e qualidade de vida. Veja no *Especial Cidadania* o que é a menopausa e como lidar com ela.

PÁGINA 20

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

Chega ao Senado o pacote do crescimento

Mais quatro medidas provisórias que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) chegam ao Senado nesta semana. Já obstruída por sete matérias – dois projetos de lei com urgência constitucional e outras cinco MPs, uma delas também ligada ao PAC – a pauta recebe as MPs que, editadas em janeiro, obstruíram os trabalhos da

Câmara dos Deputados por mais de um mês. Desde o lançamento do PAC os senadores debateram com os ministros de Lula os efeitos destas propostas sobre a economia.

No total são nove as MPs editadas pelo presidente da República com o objetivo de incrementar os investimentos e fazer o Brasil crescer mais.

PÁGINA 3



JOSÉ CRUZ

Milhares de prefeitos lotam auditório de hotel durante os debates da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Prefeituras podem, enfim, obter mais recursos

Depois de quatro anos de reivindicação, os prefeitos que participaram na semana passada da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios obtiveram pelo menos uma confirmação: a de que em breve será votado na Câmara o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No Senado, a proposta de emenda à Constituição foi votada e aprovada há três anos no pacote da reforma tributária. Na Câmara, é a PEC 285/04 que trata do assunto. A expectativa é de que ela seja analisada logo que a pauta, trancada por medidas provisórias, esteja liberada.

PÁGINAS 4 E 5

Cresce no Brasil a preocupação com planejamento familiar

A Constituição assegura o direito ao planejamento familiar. Assim, é dever do Estado garantir às pessoas acesso a técnicas para controlar a sua fecundidade. Diante disso, o número de cirurgias de laqueadura e vasectomia vem se multiplicando nos últimos anos.

PÁGINAS 14 E 15

Brigadeiro Saito promete 500 novos controladores de vôo

O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, disse que 500 novos controladores estarão trabalhando até o final do ano. Ele falou no Senado em audiência pública sobre a crise do setor aéreo.

PÁGINA 13

Senadores querem subcomissão para rever ordenamento jurídico

PÁGINA 9

Congresso recebe projeto com diretrizes para Orçamento 2008

PÁGINA 2

ORÇAMENTO

Superávit em 2008 deve ser de R\$ 60,8 bi

O governo projeta para 2008 uma receita primária – basicamente, a arrecadação de tributos, inclusive as contribuições previdenciárias – da ordem de R\$ 657 bilhões, o equivalente a 23,76% do produto interno bruto (PIB) projetado para o próximo ano. Do montante, R\$ 60,8 bilhões (2,2% do PIB) vão formar o superávit primário, ou seja, a economia de recursos para o pagamento de juros da dívida pública. Os dados constam do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano, entregue na sexta-feira ao Congresso pelo Executivo.

A LDO contém as metas fiscais para o setor público, em conformidade com parâmetros macroeconômicos estabelecidos,

além de regras específicas para a elaboração do projeto anual do Orçamento da União. A proposta mantém a regra de reajuste para o salário mínimo, com reposição da inflação mais aumento real com base no PIB do ano anterior, mas admite a aplicação de outro critério que venha a ser adotado em lei.

A previsão para o dólar destoa do comportamento das cotações no mercado, onde a moeda já ameaça cair abaixo dos R\$ 2. Para dezembro deste ano, o texto indica que o dólar estará cotado a R\$ 2,17, com valorização no triênio seguinte: R\$ 2,23 em 2008, R\$ 2,33 em 2009 e R\$ 2,37 em 2010 (cotações projetadas sempre para o fim de cada ano). Para 2007, espera-se um crescimento real do PIB de 4,5%.

Expedito Júnior anuncia que vai aguardar no cargo decisão do TSE

Expedito Júnior (PR-RO) anunciou, por meio de sua assessoria, que irá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para aguardar no exercício do mandato a manifestação daquela corte sobre a sentença do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia que cassou seu mandato sob acusação

de compra de votos nas eleições de 2006. Expedito Júnior foi cassado sexta-feira, mas contesta o ponto de vista de que só poderia recorrer ao TSE depois de deixar o cargo.

Até as 17h30 do mesmo dia, a decisão não havia sido comunicada à Mesa do Senado, de acordo com a

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu o aprimoramento do sistema de votação proporcional, durante encontro no gabinete da Presidência da Casa com uma delegação de políticos espa-

nhóis integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha. O grupo é presidido no Brasil pelo senador César Borges (DEM-BA), que também participou da reunião.

- Precisamos buscar o aper-

feiçoamento. O voto proporcional esfacela os partidos, traz a disputa para dentro dos partidos, cria dificuldades para a previsibilidade política e ajuda na pulverização partidária - disse Renan ao

Líder empresarial dos EUA quer mais comércio bilateral

Renan Calheiros recebeu na quinta-feira o presidente da National Association of Manufacturers, John Engler. Acompanhado do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel, do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e de outras autoridades, Engler conversou com o presidente do Senado sobre as relações comerciais entre os dois países. A associação norte-americana equivale à Fiesp no Brasil.

Lula discute com Renan e Chinaglia ação legislativa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve reunir-se nos próximos dias com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, para uma conversa destinada a afinar o trabalho das duas Casas na elaboração de leis. Renan anunciou a reunião ao receber a Agenda de Princípios para o Brasil, elaborada pelo movimento Ação Empresarial.

Ministro defende projeto sobre zona de exportação

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, foi recebido na terça-feira por Renan Calheiros, com quem conversou sobre propostas de interesse da pasta, como de criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

O projeto (PLS 146/96), que recebeu substitutivo na Câmara dos Deputados, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, tendo como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Prefeitos querem solução para precatórios

Rapidez na aprovação de algumas matérias que poderão reforçar as finanças municipais foi solicitada ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL) por prefeitos que participaram da 10ª

Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O encontro contou com a presença do presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo Silva, também prefeito de Recife.

Entre as matérias de interesse dos municípios está a PEC 12/06, de autoria de Renan, que regulamenta o pagamento de precatórios pela União, Distrito Federal, estados e municípios.

agenda

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

9h – EXPOSIÇÃO

Cultura portuguesa – Abertura, na Galeria Senado, da exposição *Cidades da comunidade dos países de língua portuguesa*. Às 12h, na Mostra Contemporânea de Filmes Portugueses, exibição do longa-metragem *O princípio da incerteza*, no Auditório Petróleo Portela.

TERÇA-FEIRA

10h30 – AUDIÊNCIA

Energia – As comissões de Relações Exteriores (CRE), de Meio Ambiente (CMA), e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) debatem as fontes alternativas de energia. Devem participar o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann; o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz

Antonio Elias; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman; o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Adão Linhares Muniz; e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima.

11h – EDUCAÇÃO

Presídios – Na pauta, projeto que autoriza a instalação de salas de aula em presídios.

14h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Marcos regulatórios – Eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

14h – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Bloqueadores – Promove debate sobre projeto de lei que determina que as operadoras de telefonia celular instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas peniten-

ciárias estaduais e federais.

QUARTA-FEIRA

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência – Na pauta, requerimento para o Senado instituir a Semana de Ciência e Tecnologia, em outubro.

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Anvisa – Analisa a indicação de Agenor Álvares, ex-ministro da Saúde, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Antiviolença – O colegiado deve votar proposições do pacote antiviolença, entre os quais o que dispõe sobre a identificação dos dados não sigilosos para fins de investigação criminal.

14h – DIREITOS

HUMANOS

Trabalho escravo – Subcomissão define seus trabalhos.

20h – DOCUMENTÁRIO

Niemeyer – Em comemoração aos 100 anos de Oscar Niemeyer, lançamento do documentário *A vida é um sopro*.

QUINTA-FEIRA

9h – HOMENAGEM

Brasília – Sessão especial para comemorar o 47º aniversário de Brasília. No Plenário.

10h – DIREITOS HUMANOS

Povos indígenas – Audiência sobre os direitos indígenas. Estão convidados, entre outros, os ministros Tarso Genro (Justiça), Fernando Haddad (Educação), Marina Silva (Meio Ambiente) e Silas Ronderau (Minas e Energia).

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Pauta obstruída - Três medidas provisórias, dois projetos de lei de conversão e dois projetos de lei da Câmara com urgência constitucional trancam a pauta. As MPs 337, 338 e 354 abrem créditos extraordinários; o PLV 2/07 trata de cooperação no âmbito da segurança pública; e o PLV 3/07 refere-se a arrendamento residencial e a comércio de alimentos para lactentes.

QUARTA E QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

A pauta depende das deliberações de terça-feira.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

PLENÁRIO

MP é aprovada sob protestos da oposição

O Senado aprovou na terça-feira a Medida Provisória 343/07, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 956,6 milhões em favor dos ministérios da Ciência e Tecnologia; da Fazenda; da Justiça; das Comunicações; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Esporte; e da Defesa.

Após polêmica que se estendeu por cerca de 30 minutos, com senadores opositoristas se revezando para protestar contra o excesso de MPs editadas pelo governo, a matéria foi finalmente aprovada.

Entre os opositoristas, destacou-se o protesto de Marconi Perillo (PSDB-GO), que convocou o líder de sua bancada, Arthur Virgílio (AM), para, a partir

dessa MP, votar contrariamente a qualquer medida que tivesse por objetivo a aprovação de crédito extraordinário.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), integrante da Comissão Mista de Orçamento (CMO), criticou o Executivo pela edição de medida provisória para liberação de crédito extraordinário, após a aprovação pelo Congresso Nacional da peça orçamentária de 2007.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), justificou a utilização de crédito extraordinário e não crédito suplementar, como seria indicado, pois, em janeiro, quando a MP foi editada, o Orçamento da União 2007, embora estivesse pronto, não havia sido sancionado.

Recursos para o ensino e a recuperação de estradas

A medida provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 181,2 milhões em favor dos ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional foi acolhida pelo Senado na quinta-feira. Os recursos serão empregados no desenvolvimento do ensino médio nos estados e na recuperação dos danos causados pela chuva no Sudeste e no Sul.

A medida (MP 344/07), relatada por Edison Lobão (DEM-MA), foi aprovada em votação simbólica, contra os votos do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e da bancada do DEM. O líder do partido, José Agripino (RN), afirmou que a

matéria poderia ter sido encaminhada por meio de projeto de lei. Ele criticou o governo por "entupir a pauta do Senado com medidas provisórias". A MP vai à promulgação.

Quanto ao Ministério da Educação, R\$ 50 milhões, de acordo com a MP, viabilizarão o apoio ao desenvolvimento do ensino médio. A recuperação de segmentos de trechos rodoviários do Rio de Janeiro é o objetivo dos R\$ 31,2 milhões destinados ao Ministério dos Transportes. As chuvas que assolaram as regiões Sul e Sudeste são a justificativa dos recursos destinados ao Ministério da Integração Nacional – R\$ 100 milhões.

ESPORTES - O Plenário do Senado aprovou na terça-feira o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/07, relativo à Medida Provisória (MP) 342/06, que fixa em 1% do Imposto de Renda devido o limite de dedução de incentivos concedidos por empresas a atividades esportivas e paraesportivas. Manteve-se, portanto, a separação entre recursos para o esporte e a cultura negociada no ano passado. A matéria vai à sanção presidencial. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da MP, explicou que a Lei 11.438, aprovada em 2006, teve de ser mudada para evitar a competição entre esportes e outras áreas pelo mesmos incentivos.

EMENDAS - Com votos contrários dos senadores do DEM, o Senado aprovou na quinta-feira a Medida Provisória 346/07, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 452 milhões. Os recursos foram destinados à Presidência da República e aos ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, para o atendimento de emendas de parlamentares e para a contratação de obras, pagamento de precatórios e despesas, processo de extinção da Rede Ferroviária Federal S.A., dissolução da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), manutenção de bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico e cultural.



Se votar MPs, Plenário poderá analisar outras 17 matérias, entre projetos e emendas à Constituição

Após três meses, PAC chega ao Senado

Quase três meses após ter sido anunciado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) chega ao Plenário do Senado nesta semana. Entre as sete proposições que obstruem a pauta está o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/07, oriundo da Medida Provisória 350/07, uma das nove MPs integrantes do PAC. A proposta cria o Programa de Arrendamento Residencial, para instituir o arrendamento com opção de compra.

Também têm prioridade de votação mais um PLV (denominação dada a MP já alterada pelo Congresso), três MPs e dois projetos de lei da Câmara (PLCs), em regime de urgência e com prazo vencido.

Além dessas proposições, o Senado aguarda outras quatro MPs do PAC já aprovadas na Câmara

e que, devido à prioridade de votação, deverão congestionar ainda mais a agenda da Casa – que inclui outras 17 matérias, entre projetos de lei, projetos de decreto legislativo e propostas de emenda à Constituição.

A seguir, um resumo das propostas que obstruem a pauta:

MP 337/06 – Abre crédito extraordinário para os ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de R\$ 507 milhões. O dinheiro deverá ser empregado nos fundos Nacional de Desenvolvimento da Educação e Nacional de Saúde, no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e na Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

MP 338/06 – Abre crédito extraordinário de R\$ 7,5 bilhões ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de estatais como a

Petrobras e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de estatais no valor de R\$ 8,8 bilhões.

PLV 2/07 – O texto, oriundo da MP 345/07, trata da cooperação entre estados, municípios e União em questões de segurança pública.

PLV 3/07 – Oriundo da MP 350/07, que integra o PAC.

PLC 124/06 – Estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica.

PLC 10/07 – Amplia as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para colaborar com o Ministério da Educação na formação inicial e continuada de professores do magistério e de nível superior. Ambos tramitam em regime de urgência.

Renan destaca atuação do Legislativo nos últimos anos

Pela primeira vez, em 16 anos, a maioria das propostas acolhidas por deputados e senadores teve origem no próprio Legislativo. O anúncio foi feito na terça-feira, em Plenário, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao comentar dados do boletim informativo *Tendências*, voltado para investidores e empresários.

– O relatório aponta uma completa reversão com relação à iniciativa das leis. Em 2004, 81% das leis aprovadas no Brasil foram originadas do Executivo, restando ao Congresso apenas 14% e ao Judiciário, 5%. Em 2005, essa tendência se reverteu. Nós tivemos maioria de iniciativas do próprio Legislativo, o que é inédito nestes 16 anos. O Parlamento produziu 62% das leis promulgadas, ficando o Executivo com 36,5% – disse o presidente do Senado, assegurando que essa tendência foi mantida ao longo de 2006. Renan respondia ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que, ao protestar contra o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo, citou reportagem segundo a qual apenas 1,71% da produção legislativa do ano passado coube aos senadores.

Consultoria aponta possibilidade de crescimento da economia

Em debate destinado a detalhar o PAC, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal reforçou a expectativa do governo de que a economia brasileira possa crescer a taxas maiores do que as verificadas nos últimos anos. O consultor Fernando Veiga Barros e Silva destacou como o único fator de risco, não imediato, capaz de ameaçar o PAC a possibilidade de uma mudança no comportamento do setor externo, na hipótese de fuga de capitais e de não produção de saldos comerciais tão elevados quanto os atuais. Os consultores propuseram várias medidas para alavancar os investimentos: ampliação do crédito ao setor privado com a utilização de parte das reservas internacionais; utilização das reservas internacionais na aquisição, no exterior, de máquinas e equipamentos; venda a prazo de moeda estrangeira à taxa Selic mais *spread*; utilização dos ativos internos para pagamento da dívida pública com o mercado interno; e compensação entre ativos externos e dívida interna.

Parlamentares querem maior divulgação de relatórios sobre aquecimento

Os senadores e deputados integrantes da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, reunidos na quinta-feira, decidiram providenciar a tradução e a posterior impressão de cópias dos dois relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgados em fevereiro e abril

deste ano. Os documentos alertam para os perigos resultantes do aquecimento global, causado pela ação do homem, e os efeitos desse aquecimento no meio ambiente, afetando a vida na Terra.

– É uma medida importante por causa da falta de informação sobre a situação do Brasil

e da América Latina e, principalmente, pelo grande número de pedidos de informação que chegam aos gabinetes e até às universidades – explicou o presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO).

Essas solicitações chegam de assembleias legislativas, escolas e entidades representativas da

comunidade científica, que serão os destinatários das cópias das traduções que a comissão providenciará.

A falta de informações sobre o Brasil, disseram os parlamentares, pode ser causada pela dificuldade de acesso aos dados meteorológicos e ambientais. Em visita ao Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais (Inpe), o relator da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES), constatou o que classifica de “vazio de informações” e sugeriu que se faça uma visita também ao Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Casagrande anunciou que divulgará seu relatório parcial em maio.

MUNICÍPIOS Com apoio de Lula, Câmara pode votar elevação de percentual do fundo, já aprovada pelo Senado

Aumento do FPM pode ser aprovado logo

Depois de quatro anos de reivindicação, os prefeitos que participaram, na semana passada, da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios obtiveram pelo menos uma confirmação: a de que em breve será votado na Câmara o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No Senado, a proposta, que muda a Constituição, foi votada e aprovada há três anos no pacote da reforma tributária (PEC 17/04). Na Câmara, é a PEC 285/04 que trata do assunto. A expectativa é de que ela seja analisada logo que a pauta, trancada por medidas provisórias, seja liberada.

Na abertura da marcha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou autorização à sua base aliada para votação a favor dessa antiga demanda dos prefeitos. A nova alíquota, de 23,5%, deverá gerar recursos adicionais de até R\$ 1,5 bilhão para os municípios brasileiros. O presidente informou também que a reforma tributária que tramita no Congresso "não é mais a que interessa", por isso, novo projeto deverá ser enviado pelo Executivo à Câmara. O aumento do FPM será votado em separado.

Os cerca de 3 mil prefeitos e vereadores que participaram do encontro pediram, em linhas gerais, a redução da carga de obrigações que assumem, e que caberiam à União ou aos esta-

dos, e do custo adicional pela implementação de programas federais. Cobraram ainda maior participação na distribuição do bolo tributário.

– Essa dura realidade trouxe para muitas cidades a total falência das contas públicas. E, diante dessas dificuldades financeiras, não podemos deixar de enfrentar a reforma tributária, uma reforma que gradativamente compartilhe recursos das contribuições de maneira mais equânime entre

Renan: reforma tributária deve assegurar partilha justa de recursos

União, estados e municípios, sem ferir o equilíbrio fiscal nem a estabilidade da nossa economia – disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Para o senador, a reforma tributária tem de assegurar aos municípios receitas compatíveis com suas obrigações. Ele lembrou que já foi criada na Casa uma Comissão de Avaliação do Sistema Tributário, que, além dessa questão, estuda regras mais justas de distribuição das receitas de forma a promover o fortalecimento dos municípios.

Desonerações no IPI desagradam os prefeitos

Os prefeitos reclamam, por exemplo, que o governo tem baseado sua política de desoneração tributária no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que, com o Imposto de Renda, é base na formação do cálculo do FPM. Eles também querem maior participação no Imposto



FOTOS: JOSÉ CRUZ

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, a criação ou elevação de contribuições sociais e econômicas não compartilhadas foi uma estratégia adotada pela União para ganhar receita sem precisar dividir com estados e municípios, como é o caso da CPMF e da Cofins.

– As contribuições hoje ultrapassam 50% da receita. Há aumento da carga e não da distribuição e isso vem ocorrendo desde o governo Itamar – afirma Paulo Ziulkoski.

O dirigente diz ainda que, nos últimos quatro anos, o superávit primário gerado pelo setor público já deslocou R\$ 331 bilhões para pagamento de juros da dívida pública, em detrimento dos repasses e investimentos necessários.

Essas e outras questões foram discutidas pelos prefeitos com os parlamentares de cada estado em encontros promovidos na Câmara dos Deputados e no Senado na última semana.



Presidente Lula e Renan Calheiros participam da abertura da 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, ao lado de Paulo Ziulkoski (D)

Busca de pacto federativo volta ao centro do debate

A antiga discussão sobre a celebração de um pacto federativo voltou às mesas de debate durante a 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios. Ainda é ponto comum a necessidade de o Orçamento da União ser concatenado com os orçamentos municipais.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o pacto permitiria a descentralização de recursos juntamente com as responsabilidades vinculadas à administração dessas verbas.

– Os municípios e os estados, ao utilizarem os benefícios de um novo pacto, devem efetivamente construir agendas sociais focadas na melhoria de vida e do bem-estar da população – afirmou.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, “a mãe, o pai, a

avó e a bisavó das reformas é a reforma federativa”.

– Enquanto isso não for realizado, não haverá a diminuição da carga tributária e o custo Brasil vai continuar cada vez maior – prevê.

Na opinião do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, o subdesenvolvimento está atrelado à centralização política e econômica do Brasil. Para mudar essa realidade, observou, é preciso que estados e municípios possam reservar parte de seus recursos para investimentos.

No documento elaborado ao término da marcha, os prefeitos pedem a “institucionalização e fortalecimento do Comitê de Articulação Federativa”, propondo um amplo debate sobre a reformulação do pacto.

Senado examina limites para precatórios

Entre as propostas que tramitam no Senado e que mais interessam aos prefeitos encontra-se a PEC 12/06, que limita os gastos das prefeituras com os precatórios.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, autor da proposta, em razão da má distribuição de receitas em vigor, hoje os municípios não conseguem pagar essas dívidas, restando-lhes apenas a alternativa da intervenção do Judiciário, solução que não atende nem ao credor nem ao devedor.

A estimativa da Confederação Nacional dos Municípios é de que os débitos municipais com precatórios cheguem a R\$ 70 bilhões.

– Apresentei a PEC, vinda do Supremo Tribunal Federal, que cria um sistema de leilão e manda pagar do menor para o maior valor, abrindo a possibilidade de

o município oferecer um deságio ao credor. O Senado tem absoluta consciência da difícil situação enfrentada pela maioria das cidades, nunca abandonou os municípios e nunca os abandonará – destacou Renan.

De acordo com a PEC, União, estados e Distrito Federal tornariam disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 3% da despesa primária líquida e os municípios, 1,5%.

Os recursos seriam distribuídos em 70% para leilões com deságios para pagamento à vista de precatórios e 30% para pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo dessa forma estabelecida uma ordem decrescente de valores. Com isso, o poder público não deverá sofrer seqüestros pelos tribunais judiciais.

Para o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da proposta

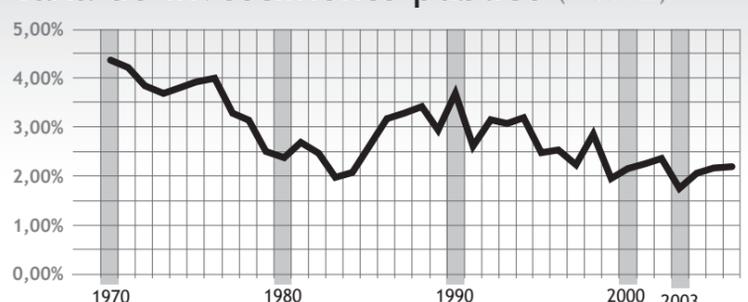
na CCJ, é preciso obter consenso antes de colocar a PEC em votação. Nesta terça-feira, o assunto será debatido na Ordem dos Advogados do Brasil.

– A PEC só vai ser votada depois de debate exaustivo. Não se podem admitir dúvidas sobre preceitos jurídicos, principalmente no caso dos precatórios alimentícios – assinalou o relator, que disse já ter mantido conversas com prefeitos e governadores.

De acordo com o senador, o STF registra a existência de precatórios no valor de R\$ 61 bilhões, sendo R\$ 43 bilhões de estados e R\$ 18 bilhões de municípios. Como a dívida líquida dos estados é de R\$ 316,9 bilhões e a dos municípios, de R\$ 47,1 bilhões, a proporção de débitos de precatórios é de 13% no caso dos estados e de 38% no caso dos municípios.

Proposta prevê 1,5% das despesas municipais em precatórios

Taxa de investimento público (% do PIB)

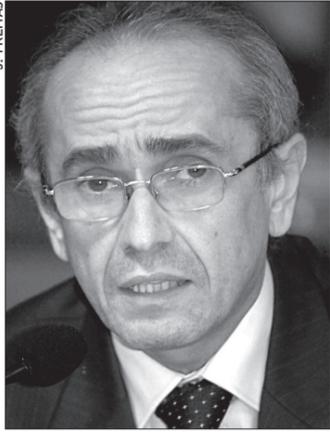


Valores de 2003
R\$ 26.187 milhões

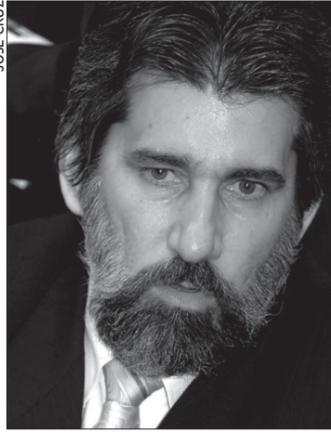


Fonte: CNM

MUNICÍPIOS Investimento local para implantação de programas federais não é coberto por repasses da União



Cícero Lucena (E) vai presidir Subcomissão de Assuntos Municipais. Raupp pede mais debate para a PEC dos precatórios



Prefeitos cobram verba para novas atribuições

As transferências de responsabilidades resultantes do impacto da implantação de programas federais e estaduais geram alto custo para os municípios, com encargos que não são cobertos pelos repasses. A reclamação é dos prefeitos que participaram da marcha.

A Confederação Nacional dos Municípios e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pesquisaram 326 municípios e verificaram que, na maioria, não são registrados os custos reais da execução dos programas, nem gastos adicionais. De acordo com a pesquisa, existem 149 programas federais com convênios com municípios.

– Poucos são instituídos por lei, e as poucas normas que existem não tratam devidamente dos mecanismos de atualização dos repasses – diz o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

A pesquisa avaliou cinco programas federais e estaduais: Alimentação Escolar, Transporte Escolar, Erradicação do Trabalho Infantil, Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

Os resultados preliminares indicaram que somente nesses programas há um custo adicional de R\$ 11,6 bilhões ou 233% acima dos repasses feitos pela União ou estados.

– Os prefeitos são pressionados a adotar os programas, e sabemos que muitos deles são bons, mas é preciso haver uma melhor nego-

ciação, porque os encargos para os municípios estão muito altos – expõe Ziulkoski.

No caso do programa Saúde da Família, por exemplo, são necessárias equipes com médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, dentista, assistente e auxiliares, além do custeio (veículo com motorista, combustível, alimentação, água, luz e telefone).

O custo das 27 mil equipes que atenderam em todo o país em 2006 foi estimado em R\$ 7,5 bilhões, segundo a CNM, mas foram repassados apenas R\$ 2,1 bilhões, com uma contrapartida de R\$ 5,4 bilhões para os municípios.

O prefeito de Guarulhos (SP) e vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Elói Pietá (PT), sugere:

– O importante é fazer a opção por controlar os gastos, com uma administração financeira rigorosa, para que possamos investir nos programas que não são oferecidos pelo estado – afirma.

Ziulkoski também reclama que transferências feitas pela União aos municípios são injustas.

– Os municípios menores e mais pobres estão sendo duplamente castigados: embora sejam os que empreendem maior esforço de arrecadação própria, estão perdendo transferências para os municípios mais ricos.

De 2000 a 2006, a CNM calculou que os repasses para os 60 municípios mais ricos, com PIB *per capita* superior a R\$ 40 mil, subiram

105% acima da inflação; para os municípios mais pobres, como Igarapé-Mirim (PA), com menos de R\$ 5 mil de PIB *per capita*, a expansão foi de 43%.

Os prefeitos também querem a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que trata do financiamento da saúde, de forma que a União destine 10% de suas receitas correntes brutas para o setor, como já fazem estados e municípios.

Agora, essas demandas poderão ser encaminhadas ao senador Cícero Lucena (PSDB-PB), eleito na semana passada para presidir a Subcomissão de Assuntos Municipais. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) será o vice.

Comissão de Orçamento pode atender a demanda

A redução das contrapartidas dos municípios em projetos do governo federal nas áreas de habitação, saneamento, urbanização e irrigação está na pauta da reunião desta terça-feira, às 14h30, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O anúncio da votação foi feito pelo presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB).

A redução foi incluída pelo relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), no projeto de lei que propõe alterações à Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 1/07), que faz parte do PAC. O limite da redução será definido para cada caso.

Aprovação de regras para Fundeb frustra demandas

Uma série de reivindicações dos prefeitos foi frustrada com a aprovação pela Câmara, na semana passada, da medida provisória (MP 339/06) que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O ministro da Educação, Fernando Haddad, garante que os municípios não perderão com o Fundeb, já que receberão 30% a mais de repasses da União em comparação com o ano passado.

– Em 2006, houve transferência da União de R\$ 8,4 bilhões, que saltará para R\$ 10,7 bilhões com o Fundeb – disse, durante a marcha dos prefeitos. Ele complementou lembrando que as prefeituras irão receber cerca de R\$ 500 milhões a mais dos estados para o financiamento da educação básica.

Entre as aspirações dos prefeitos estava a emenda que previa o ressarcimento, por parte dos estados, de despesas com transporte escolar feito pelas prefeituras para alunos da rede estadual. A proposta foi rejeitada na Câmara. Outra reivindicação não atendida diz respeito ao equilíbrio entre as modalidades do fundo, com cálculo pelo custo real de cada aluno por nível de ensino.

A alegação é de que as prefeitu-

turas recebem percentual menor para a manutenção de algumas unidades, como as creches, quando comparadas com os repasses feitos aos estados, que geralmente são responsáveis pelo ensino médio, sendo que os custos dos alunos do ensino infantil seriam 93% superiores aos dos adolescentes. A inclusão das creches comunitárias entre as que podem receber recursos do Fundeb foi aprovada.

Na carta que finalizou a mobilização, e que foi entregue à Casa Civil, a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional de Prefeitos assinalam que “a mobilização dos prefeitos, para a fixação de fatores de diferenciação entre as etapas da educação básica, de

forma que respeitem o custo real de cada nível de ensino, e para o ressarcimento aos municípios com as despesas originadas pelo transporte escolar de alunos da rede estadual, resultou em frustração às expectativas devido à falta de apoio de significativa parcela dos deputados federais”.

A MP 339/06, com as modificações feitas pela Câmara, será votada agora no Senado. Com relação ao transporte, Haddad acredita que as entidades municipais devem encaminhar ao Congresso um projeto com alguma solução para o problema.

Haddad afirma que repasse aos municípios será superior ao do ano passado

Impacto dos programas federais

Programa	Valor repassado (R\$)	Gasto próprio (R\$)					
		Pessoal	Transporte	Aluguéis	Infra-estrutura	Outros	Total
Programa Nacional de Alimentação Escolar - (PNAE)	1.067.530.204	3.420.992.524	50.078.318	941.238	196.644	358.771.762	3.830.980.485
Transporte Escolar*	632.995.784	205.100.356	1.241.754.776	202.544	406.928	198.239.464	1.645.704.068
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - (PETI)	217.410.974	1.823.162	855.484	—	1.497.119	—	4.175.765
Saúde da Família - (PSF)	2.143.530.600	4.051.234.200	810.000.000	—	162.000.000	324.000.000	5.347.234.200
Agentes Comunitários de Saúde (PACS)	913.995.250	617.560.476	13.919.232	116.598.535	—	3.998.079	752.076.323
Total Estimado	4.975.462.812	8.296.710.718	2.116.607.810	117.742.317	164.100.691	885.009.305	11.580.170.841

Os resultados preliminares indicam que os cinco programas analisados têm um custo adicional de R\$ 11,6 bilhões ou 233% acima dos repasses.

233%
Fonte: CNM

O que disseram os senadores

“A lei complementar do ISS, o repasse do salário-educação e o aumento do percentual de recursos da Cide repassados aos estados, que a CNM cita como ganhos obtidos pelas marchas, são iniciativas do governo Lula”
Ideli Salvatti (PT-SC)

“Os prefeitos merecem atenção especial, porque se desdobram para fazer o PIB crescer”
Romeu Tuma (DEM-SP)

“Havia entendimento na Câmara para que a emenda do FPM fosse votada em conjunto com a reforma tributária. Mas basta desmembrar a PEC e votar isoladamente o dispositivo para

solucionar isso rapidamente”
Romero Jucá (PMDB-RR)

“Sem o governo perceber que fez mais do que uma bela foto, vai ser difícil fazer tramitar a DRU e a CPMF por essa Casa”
Arthur Virgílio (PSDB-AM)

“Não se pode aceitar que milhares de prefeitos retornem às bases apenas com a promessa de que um dia essa PEC [do FPM], aprovada pelo Senado há dois anos, o será também pela Câmara”
Paulo Paim (PT-RS)

“A União tem a responsabilidade de distribuir a riqueza e as medidas anunciadas promoverão

crescimento econômico”
Inácio Arruda (PCdoB-CE)

“Outro pleito atendido pelo presidente Lula foi o de reduzir de 20% para 0,1% o percentual da contrapartida para os projetos em educação e saneamento”
Sibá Machado (PT-AC)

“Não dá mais para os prefeitos viverem com o pires na mão”
Marisa Serrano (PSDB-MS)

“Enquanto não se realizar o verdadeiro pacto federativo, medidas compensatórias são inadiáveis”
Valter Pereira (PMDB-MS)

“Quando o governo aumenta

as contribuições, fica com 100%. Nada fica com os municípios, nada com os estados. Proponho que 10% sejam destinados aos municípios e 10% aos estados”
Osmar Dias (PDT-PR)

“A PEC dos precatórios só vai ser votada depois de debate exaustivo. Não pode haver dúvidas sobre preceitos jurídicos”
Valdir Raupp (PMDB-RO)

“A marcha é um movimento importantíssimo na luta por mais igualdade”
José Maranhão (PMDB-PB)

“Se a PEC dos precatórios for aprovada, União e estados

disponibilizarão 3% da despesa primária líquida e os municípios 1,5% para esses pagamentos”
José Nery (PSOL-PA)

“Quanto mais os prefeitos perdem autoridade e poder, pior é a vida da comunidade”
Raimundo Colombo (DEM-SC)

“Estou pedindo e exigindo que o presidente pague aos municípios o que deve”
Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA)

“A Subcomissão de Assuntos Municipais do Senado vai ecoar as demandas dos prefeitos”
Cícero Lucena (PSDB-PB)

COMISSÕES

Projeto assegura inclusão digital

Proposta que torna obrigatória a universalização do acesso a redes digitais de informação, inclusive à internet, em estabelecimentos de ensino foi aprovada na última terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida deve estar implementada até 2013 e alcançar escolas públicas e particulares do ensino básico ao superior.

Apresentado pelo presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o projeto (PLS 103/07) será ainda examinado pela Comissão de Educação.

A exigência passa a constar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e altera ainda a lei que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), estipulando que 75% dos recursos arrecadados, de 2008 a 2013, sejam aplicados na universalização do acesso às redes digitais. Além das escolas, a reserva de recursos

beneficia instituições de saúde e bibliotecas públicas.

Um computador para cada dez alunos

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu emenda para assegurar que, em cada escola, haja pelo menos um computador com acesso à internet para cada dez alunos. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), que inicialmente rejeitou a sugestão, acabou por aceitá-la. Outra emenda, do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), manteve a quantidade por aluno, mas por turno escolar.

Cristovam colocou ainda na proposta garantia de recursos para a capacitação dos profissionais de educação no uso das novas tecnologias, a contratação de seguro contra furto de equipamentos e a instalação de sistemas de proteção contra oscilações de corrente elétrica.

Mercadante reconhece que seu projeto tem objetivos "ousados",

mas acredita que ela é fundamental para promover a inclusão digital e reduzir desigualdades sociais e regionais. A utilização de ferramentas de informática e o acesso às redes digitais são imprescindíveis ao sistema educacional do país, justifica.

A proposta foi muito elogiada, a começar pelo relator, Osmar Dias, para quem o uso dos recursos do Fust é a solução objetiva para o problema da inclusão digital. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) apontou que a implementação de uma "infra-estrutura de comunicação" vai viabilizar uma grande obra de infra-estrutura, como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também se manifestaram a favor do projeto os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Valter Pereira (PMDB-MS).



Para Mercadante (E), ao lado de Inácio Arruda, é fundamental integrar as ferramentas da informática ao sistema de ensino

Doenças pulmonares devem ter isenção de IR

Os portadores de pneumopatias graves poderão ser isentos do pagamento do Imposto de Renda sobre proventos, aposentadorias ou reforma. Projeto do senador Romeu Tuma (DEM-SP) propondo essa isenção foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na última terça-feira.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), relator do projeto (PLS 37/06), explica que, entre as pneumopatias graves estão incluídas doenças como enfiseuma pulmonar, asma brônquica, bronquite crônica, pneumoconioses (alterações do parênquima pulmonar causadas por inalação de poeiras, entre elas as de amianto e de diversos tipos de rochas) e linfangioleiomiomatose, uma doença rara que provoca alterações graves, principalmente nos pulmões e nos rins.

A proposta teve decisão terminativa na comissão.

Atualmente, portadores de várias outras doenças são isentos

do pagamento do Imposto de Renda, como moléstias profissionais, tuberculose ativa, esclerose múltipla, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível, cardiopatia grave, doença de Parkinson, contaminação por radiação e Aids.

Doenças pulmonares graves como o enfiseuma são debilitantes, são progressivas, incapacitam para o trabalho e consomem vultosos recursos dos pacientes e de seus familiares. Em fase avançada, destaca o relator, causam insuficiência respiratória.

TERMINATIVA - As votações não se restringem ao Plenário. Muitas propostas são votadas nas comissões permanentes, nelas encerrando sua tramitação - daí o "terminativo". No Senado, um décimo dos parlamentares, no mínimo, podem solicitar votação em Plenário. Sem esse pedido, os projetos dos senadores aprovados nas comissões são enviados diretamente à Câmara.

Autorizado empréstimo para o Proágua

O governo federal obteve autorização da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos - o Proágua Nacional - com recursos externos. No valor de US\$ 50 milhões, o empréstimo será feito com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird). A comissão também aprovou pedido para que a decisão seja votada com urgência pelo Plenário.

Os recursos da operação serão contratados como financiamento ao Proágua Semi-Árido, já existente, com a ampliação de sua área de atuação para todo o território nacional no item "Gestão de recursos hídricos". Será mantida a área geográfica do semi-árido na componente "Infra-estrutura hídrica".

O programa terá contrapartida do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 150 milhões, o que eleva os dispêndios globais para

US\$ 200 milhões entre 2007 e 2009. Sobre a operação, vão incidir custos efetivos equivalentes a 5,7% ao ano, avaliados como aceitáveis pela Secretaria do Tesouro Nacional na comparação com o custo médio de captação em dólar do país no mercado internacional.

No relatório pela aprovação, foi enfatizada informação do governo de que os projetos vão permitir o aumento da oferta de água, com qualidade e segurança, num horizonte de 30 anos, com correspondente

redução de tarifas e ganhos na melhoria da saúde familiar. Durante o debate, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que o Proágua é fundamental para o semi-árido, que inclui os estados nordestinos e parte de Minas Gerais.

A matéria foi relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) com base em parecer preparado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), que deu voto favorável ao pedido do governo e também formulou o pedido de urgência.



A escassez de água do semi-árido pode ser a realidade de 60% da população mundial em 2025, conforme relatório da ONU

água é um dos maiores desafios do século 21", alerta a ONU, lembrando que todos os continentes, em maior ou menor grau, têm áreas com déficit de água, causado pela combinação de fenômenos ambientais (como as secas do Nordeste) com um maior consumo, resultante do crescimento populacional e do desenvolvimento econômico.

Hoje em dia, mais de um sexto da população mundial (1,1 bilhão de pessoas) já não tem acesso garantido à água. Outro bilhão não conta com suficiente água potável para as necessidades básicas diárias. A Organização das Nações Unidas

para a Agricultura e a Alimentação (FAO) constata, por sua vez, que as pessoas já afetadas estão dentro das zonas mais pobres do planeta, e mais da metade mora na China e Índia, que representam quase 40% da população mundial.

Apesar do que muitos podem imaginar, a maior ameaça não vem do consumo doméstico ou industrial. É a produção de alimentos na agricultura que consome 70% da água doce extraída de lagos, rios e aquíferos. Assim, paradoxalmente, muitas nações deverão, em curto prazo, enfrentar o dilema de ver suas populações morrerem de fome, ou de sede.

1,8 bilhão de pessoas podem ficar sem água em 20 anos

As previsões são, em geral, sombrias, a se manter o atual ritmo de consumo. Até 2025, acredita a Organização das Nações Unidas (ONU), 1,8 bilhão de pessoas estarão em países ou regiões com total falta de água. Naquele ano, cerca de 60% da população mundial viverão em regiões com escassez de água. É o que alerta, por exemplo, o Conselho para o Acesso à Água e a Recursos Sanitários da ONU, que, no recente Dia Mundial da Água (21 de março), divulgou um estudo em sua sede, em Genebra (Suíça).

"Combater a escassez de

SAÚDE

Mais exames para prevenir doenças raras

O SUS pode ser obrigado a custear exames preventivos para detecção e tratamento de doenças como hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipotireoidismo e fibrose cística (veja a descrição das doenças abaixo). É o que prevê o substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria agora vai a Plenário.

O texto altera a lei do planejamento familiar (9.263/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para garantir à gestante portadora de anemia falciforme (o tipo mais comum de hemoglobinopatia) acompanhamento especializado e tornar obrigatório exames em recém-nascidos para diagnóstico precoce – como o exame do pezinho –, de fibrose cística e anormalidades da audição, da visão e do metabolismo.

O substitutivo torna obrigatórios exames de visão e audição em alunos de escolas públicas e determina que o SUS cubra exames e tratamentos em crianças com até cinco anos. Quem não cumprir as determinações pode pegar de seis meses a dois anos de detenção ou multa.

Pelo texto, os gestores do



Médico, Papaléo aproveitou cinco projetos para reunir as alterações em um só texto

SUS promoverão programas de registro, controle e assistência integral aos portadores das doenças previstas no projeto, de forma a garantir vacinas contra gripe, pneumonia e outras doenças; medicação; informações e vigilância epidemiológica; material técnico e educativo para profissionais de saúde e a população; e capacitação de profissionais de saúde. O substitutivo obriga a notificação dos casos dessas doenças ao SUS.

O texto reuniu os projetos PLS 237/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS); PLS 504/03, de Paulo Paim (PT-RS); PLS 80/04, de Edison Lobão (DEM-MA); e dois projetos de lei da Câmara (PLCs 52/03 e 99/03).

Conheça as moléstias incluídas

Hemoglobinopatias são anemias genéticas em que o corpo não produz bem a hemoglobina (substância da hemácia, célula vermelha do sangue), que carrega oxigênio e gás carbônico entre as células. Causa má oxigenação e cansaço.

Fenilcetonúria é causada pela falta da enzima que metaboliza a fenilalanina (tipo de aminoácido), que se acumula nos tecidos, podendo causar insuficiência do fígado ou outro órgão e até deficiência mental.

Hipotireoidismo é o baixo funcionamento da glândula

tireoide, o que reduz o metabolismo. Na criança, pode levar a desenvolvimento psicocognitivo lento. No adulto, a baixa disposição, pele ressecada e aumento de peso. Sem tratamento, a tendência é a deterioração das funções dos órgãos.

Fibrose cística é uma alteração genética que leva à formação de cistos que, focos de infecção e inflamações constantes, podem levar à fibrose, em que o tecido dá lugar a outro, sem função. O pulmão é uma das áreas afetadas, com muita secreção.

SUS poderá financiar segurança alimentar

Proposta de emenda à Constituição (PEC 10/06) da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que permite o financiamento de ações de segurança alimentar e nutricional com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) passou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria será agora discutida e votada em Plenário.

De acordo com o relator da matéria, senador Edison Lobão (DEM-MA), os conceitos de saúde, segurança alimentar e nutrição passam a ficar vinculados para fins de financiamento nas três esferas de governo.

De acordo com a Emenda Constitucional 29, o governo indica as ações que pretende executar a cada exercício, bem como as fontes de receita, na proposta orçamentária anual. Nos últimos anos, tentou direcionar recursos do SUS para a segurança alimentar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No entanto,

a Frente Parlamentar da Saúde, que defende conceito mais restrito de ações de saúde (no qual se enquadram basicamente gastos médicos e hospitalares) sempre resistiu – e impediu – a destinação dos recursos da Emenda 29 para a segurança alimentar.

Boa alimentação tem relação com boa saúde

Em defesa de sua proposta, Roseana parte do princípio de que a falta de segurança alimentar tem estreita relação com a pobreza – tese defendida pelo indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998. Sem acesso a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e com regularidade as pessoas ficam mais expostas a doenças, justifica.

A senadora cita ainda estudos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) para enfatizar que a

fome e a desnutrição provocam a morte de 6 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo a maioria crianças. Muitas mortes, salientou, decorrem de doenças infecciosas tratáveis, tais como diarreia, pneumonia, malária e sarampo, que poderiam ser evitadas caso os sistemas imunológicos das crianças não estivessem debilitados pela fome e pela desnutrição.



Roseana quer gastos da saúde na garantia de alimentação básica

Alimentos terão controle periódico de resíduos

Os alimentos poderão ser submetidos a uma análise mais rígida antes de sua liberação para o consumo. É o que determina projeto (PLS 152/06) aprovado na semana passada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), relatada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), atualiza a legislação de 1969 tornando obrigatória a definição de requisitos de higiene e medidas sanitárias “necessárias à obtenção de um alimento puro e de qualidade”.

A senadora adverte que resíduos de agrotóxicos em alimentos acima dos limites toleráveis podem causar doenças como câncer, malformações fetais e neuropatias, de difícil diagnóstico. Assim, além de “pesticidas” e “contaminantes”, Serys quer que sejam monitorados agrotóxicos, esteróides e substâncias anabolizantes na extração, produção, síntese, purificação, armazenamento, acondicionamento e preparo final do alimento para consumo.

CAS acolhe norma para renúncia à aposentadoria

O projeto que disciplina a renúncia à aposentadoria concedida pela Previdência Social para possibilitar a obtenção, pelo segurado, de outro benefício do mesmo regime ou de regime diverso foi acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou parecer favorável à matéria (PLC 78/06).

A iniciativa pretende corrigir a atual interpretação de órgãos da Previdência, que vêm dificultando o direito de renúncia a aposentadorias especiais e por tempo de contribuição, apesar de o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Judiciário reconhecerem o direito de o funcionário público renunciar à aposentadoria para obter outra mais proveitosa.

Pelo projeto, não será contado por um regime previdenciário o tempo de contribuição utilizado para aposentadoria em outro, salvo na hipótese de renúncia ao benefício. Neste caso, só será contado o tempo para obtenção de benefício por outro regime, mediante indenização da respectiva contribuição.

AGÊNCIAS

Antonio Bedran é aprovado para Anatel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou por unanimidade a indicação de Antonio Domingos Teixeira Bedran para o Conselho Diretor da Anatel. Falta agora a aprovação em Plenário.

Advogado da Telemig em 1973, Bedran foi consultor jurídico do Ministério das Comunicações e é procurador da Anatel desde 1998. Ex-presidente dos conselhos de administração da Embratel (1994/95) e da Telemig (1995/98), é professor na área de direito de telecomunicações.

Para Demostenes Torres (DEM-GO), o currículo e os conhecimentos de Bedran são “mais do que suficientes” para o cargo. A Heráclito Fortes (DEM-PI), Bedran explicou que uma possível fusão entre a Telemar e a Brasil Telecom depende de mudança na Lei Geral das Telecomunicações.

Os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) se mostraram preocupados com a alta participação estrangeira nas empresas de telefonia. Wellington Salgado (PMDB-MG) questionou a decisão do conselho da Anatel de permitir que a Telefônica atue no mercado de TV paga via satélite.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) quis saber sobre a viabilidade técnica de bloquear ligações de celulares em presídios e Bedran informou que somente equipamentos não resolveriam o problema, já que frequências de rádio podem ser usadas. Flexa Ribeiro, relator de projeto com esse conteúdo (PLS 137/06), é favorável à proposta.

Raimundo Colombo (DEM-SC)

prometeu apresentar projeto para que os recursos arrecadados pelo Fistel sejam gastos efetivamente na fiscalização do sistema. O grande número de queixas contra empresas de telefonia foi abordado por Renato Casagrande (PSB-ES), e Romeu Tuma (PFL-SP) recebeu a informação de que, a partir de julho, as empresas terão que oferecer a opção de tarifa por minuto.

A proposta que determina que 75% dos recursos arrecadados pelo Fust entre 2008 e 2013 serão investidos no acesso à internet em escolas (PLS 103/07) foi elogiada por Bedran ao responder a Cícero Lucena. Já o presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), quer fortalecer as agências reguladoras, o que foi saudado por Bedran.

Quarenta senadores debateram com o indicado para a agência

Comissão reconduz Fausto dos Santos à ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu aprovação unânime à recondução de Fausto Pereira dos Santos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula as relações de prestadores de planos de saúde e consumidores. A decisão ainda será votada pelo Plenário.

Fausto é médico formado pela UFMG, com mestrado em Economia e doutorado em Saúde Coletiva. Sua tese de doutorado abordou “A regulação pública da saúde no Brasil”. Entre outros cargos, foi consultor do Ministério da Saúde e da ANS para a área de regulação dos planos de saúde, entre 1998 e 2002.

O setor atende a 44,7 milhões de pessoas, o que demanda grande acompanhamento, disse Fausto. Ele informou que a ANS fez concurso público, um plano de carreira e investiu na formação dos servidores. A ANS possui dez núcleos regionais e quer ampliar suas ações e aprimorar o ressarcimento de recursos para o SUS. A agência tem ouvido e retirou empresas inviáveis do mercado “que vendiam fantasias”.

Fausto afirmou ao senador Augusto Botelho (PT-RR) que o ressarcimento ao INSS, moroso e complexo, precisa ser aperfeiçoado, pois apenas 20% do que é cobrado é recebido.

COMISSÕES

Acesso a pornografia infantil pode virar crime

O Estatuto da Criança e do Adolescente poderá passar a considerar crime a aquisição de material pornográfico ou que contenha imagens de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. A proposta (PLS 109/04), aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), prevê pena de reclusão de dois a seis anos, mais multa, para quem adquire, recebe, oculta ou mantém fotografias ou imagens envolvendo criança ou adolescente, comercializadas por qualquer meio de comunicação, inclusive a internet.

O projeto, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), obriga ainda o responsável pelo provedor de acesso à internet do sítio em que for adquirido o material a comunicar o fato ao Ministério Público. Para Crivella, a pedofilia



Marcelo Crivella alerta que a pedofilia "cria feridas dificilmente cicatrizáveis"

é um crime cruel, "porque mata a inocência, assassina a infância, destrói sonhos e cria feridas dificilmente cicatrizáveis".

– O brasileiro que usar o cartão de crédito para acessar e ver essas cenas será punido pela Polícia Federal, que terá o direito de acessar a movimentação dos cartões dos que consumirem pe-

dofilia pela internet – justificou.

Por sua vez, o relator da matéria, senador Demostenes Torres (DEM-GO), lembrou que a pornografia eletrônica é uma fonte rentável de exploração de meninos e meninas.

– Calcula-se que, em 2005, esse mercado nefasto tenha movimentado dez bilhões de dólares em todo o mundo – alertou.

Já Romeu Tuma (DEM-SP) lembrou que a falta de legislação específica no Brasil sobre os crimes praticados pela internet deixa uma "sensação de incapacidade de reação da polícia".

Na mesma reunião, a CDH aprovou substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de Paulo Paim (PT-RS) que amplia a proibição da divulgação dos nomes de crianças e adolescentes citados como vítimas em atos relacionados a crimes ou contravenções (PLS 178/03).

Indenização para vítimas da talidomida

Pessoas portadoras de deficiência física decorrente da ação de medicamentos à base de talidomida poderão receber da União indenização por dano moral. É o que determina proposta do senador Tião Viana (PT-AC) aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A relatora do projeto (PLS 156/06), senadora Fátima Cleide (PT-RO), acompanhou o substitutivo aprovado na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ). A talidomida foi utilizada por gestantes em medicamentos contra enjôo nos anos 1950 e 1960 e causou graves deformidades nos membros superiores e inferiores dos fetos.

A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto (PLS 30/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que isenta as pessoas com deficiência do pagamento da taxa anual de licença à pesca amadora. A proposição

também baixa para 60 anos a idade mínima para que os idosos, já isentos da taxa, possam ter direito ao benefício.

Em seu parecer, Romeu Tuma (DEM-SP) ressaltou que a extensão da dispensa da taxa às pessoas com deficiência é oportuna.

– O projeto guarda consonância com o esforço do Estado e da sociedade no sentido de assegurar a plena cidadania aos portadores de necessidades especiais – afirmou.

Comissão de Direitos Humanos aprova criação do Disque-Idoso

A criação de um Disque-Idoso, com o objetivo de receber denúncias sobre maus-tratos e violência contra pessoas com mais de 60 anos, foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Segundo a relatora do projeto (PLC 83/06), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a proposta reforça a legislação voltada ao amparo de pessoas idosas. A matéria segue para análise do Plenário.

Ligada à CDH, a Subcomissão Permanente do Idoso deu início aos trabalhos deste ano com a eleição de seus presidente e vice-presidente, respectivamente os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Lúcia Vânia. A primeira reunião da subcomissão está marcada para esta quinta-feira, quando Quintanilha deverá apresentar o cronograma de trabalho para este ano.

Senadores acolhem proposta de debate sobre a Emenda 3

Os parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovaram requerimentos para a realização de quatro audiências públicas, que discutirão a Emenda 3 apresentada ao projeto que criou a Super-Receita; demissão de sindicalistas membros de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas); regularização dos territórios quilombolas; e combate ao racismo. Proposto por Paulo Paim (PT-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC), o debate sobre a Emenda 3 será realizado em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Já a discussão sobre as demissões de sindicalistas será conjunta com a Subcomissão do Trabalho e Previdência da CAS. Para os debates sobre racismo e territórios quilombolas será convidada a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Combate à pirataria será debatido com especialistas

A pirataria nas áreas de cinema, vídeo e música, será debatida em audiência pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação (CE). O requerimento para realização do debate foi apresentado pelos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS). Na justificativa da proposta, Marisa Serrano apontou para os diversos tipos de pirataria praticados no país, citando especificamente o *download* ilegal de músicas na internet.

O presidente da subcomissão, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que a legislação é ineficiente no combate aos diversos tipos de pirataria e que a função da audiência é reunir especia-

listas para fornecer subsídios à elaboração de um projeto que combata esse tipo de crime.

Ainda foram aprovados outros cinco requerimentos de audiências, para a discussão de questões relacionadas à indústria cinematográfica; regulamentação do artigo 221 da Constituição federal; elaboração de uma lei para o setor teatral; aplicação dos recursos do Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações (Fust) e incentivo à importação de instrumentos musicais.

Também participaram da reunião os senadores Paulo Duque (PMDB-RJ), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Marconi Perillo (PSDB-GO), Romeu Tuma (DEM-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Debate proposto por Marisa Serrano auxiliará na elaboração de projeto para deter o avanço da pirataria, ressalta Demostenes

Dono de terra arrendada deverá receber seguro-safra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto que inclui o parceiro outorgante, em atividade agropecuária, como beneficiário do seguro-safra. A proposta altera a lei que criou o Fundo Garantia-Safra e instituiu o seguro (Lei 10.420/02) para agricultores familiares do Nordeste, do semi-árido de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo.

A proposta (PLS 266/03) recebeu voto em separado, pela rejeição, do senador Sibá Machado (PT-AC). Para o parlamentar, a proposição contraria a essência do fundo, que é de caráter social. A aplicação do disposto na matéria, disse, reduzirá os recursos para o agricultor familiar.

Prevaleceu, no entanto, o entendimento do parecer da relatora do projeto, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), de que, no caso de uma quebra de safra, o dono da terra arrendada também deve ser recompensado com uma porcentagem do seguro.

A CRA acolheu ainda requerimento do presidente do colegiado, senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), para realização de audiência destinada à apresentação de síntese das etapas das pesquisas que abrangem o Censo Agropecuário e a Contagem da População Rural em 2007. A comissão também aprovou audiência pública para instruir o projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06).

Audiência discute violência e juventude

Parlamentares, integrantes de organismos internacionais e representantes da sociedade civil debateram questões relacionadas à juventude e violência, entre elas a redução da maioria penal e a implementação de políticas públicas para o adolescente infrator. O debate, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, ocorreu no dia 10 de abril, data escolhida por

entidades de defesa da criança e do adolescente para ser o Dia Nacional de Mobilização contra a Redução da Maioridade Penal.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) conduziu a audiência pública, que contou com as presenças das deputadas Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), Maria do Carmo Lara (PT-MG) e Maria do Rosário (PT-RS).

A discussão com os espe-

cialistas girou em torno de medidas que possam proporcionar a reinserção do jovem criminoso na sociedade, ao invés da adoção do caminho de endurecimento de medidas punitivas. Para Fátima Cleide, os menores já são suficientemente penalizados pela Justiça.

– É necessário mudar a cultura de que as crianças são responsáveis pela violência neste país – concluiu.

SUBCOMISSÃO - O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), eleito presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que a redução da carga tributária na comparação com o produto interno bruto (PIB) será um dos objetivos que orientarão o colegiado na formulação de um novo modelo tributário para o país. Na eleição da mesa diretora, foi confirmado o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) como vice-presidente. Também foi acatada a indicação do nome do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) como relator dos trabalhos.

AUDIÊNCIA - A Subcomissão dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), aprovou requerimento para realização de audiência destinada a discutir perspectivas de mercado para o setor de biocombustíveis, como o etanol. Presidente do colegiado, João Tenório (PSDB-AL) sugere debates em blocos sobre os setores sucroalcooleiro e de biocombustíveis. Também foi aprovada proposta de audiência, de Cícero Lucena (PSDB-PB), sobre questões trabalhistas envolvendo a produção do biocombustível, frente a denúncias de existência de trabalho escravo na colheita da cana-de-açúcar.

LEGISLAÇÃO Trabalho de consolidação das normas jurídicas está previsto na Constituição e em lei de 1998

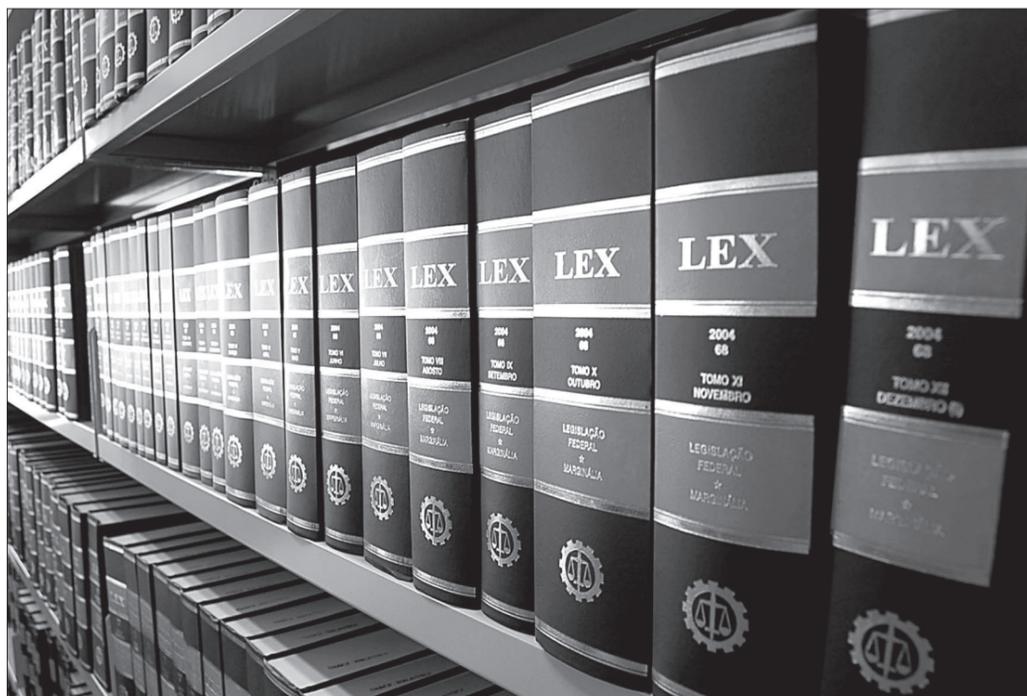
Senadores querem reordenar leis

Os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) querem a criação de uma subcomissão permanente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para "analisar a situação das normas jurídicas, estudar e propor ações e medidas para a consolidação dos diplomas legais do país". A expectativa de Simon é que o colegiado possa ser instalado já neste semestre.

A proposta se fundamenta na Constituição e na Lei Complementar 95/88, que prevêem o trabalho de consolidação legislativa e de revogação de normas e inclusão de dispositivos esparsos sobre determinado tema em leis que abordem o assunto de maneira mais completa.

– O problema da multiplicação de nosso acervo legislativo, como elemento altamente complicador da vida nacional, é fator de insegurança dos indivíduos em suas relações entre si e o Estado – argumentam os senadores no requerimento.

Um roteiro para os trabalhos de consolidação já foi sugerido no documento, apresentado em abril do ano passado. Primeiro, a



Leis revogadas, repetitivas e ultrapassadas convivem com aparato legal vigente provocando confusão

subcomissão (que contaria com cinco senadores titulares e cinco suplentes) selecionaria as áreas de maior interesse para, então, editar compilações atualizadas das normas. Normas de técnica legislativa e de tratamento de informações ainda não definidas

seriam aplicadas em um segundo momento para consolidar a legislação vigente.

Iniciativas anteriores não prosperaram

Requerimento com o mesmo conteúdo foi apresentado por

Maciel em 2003 para a criação de uma comissão mista, proposta aprovada pelo Congresso em novembro daquele ano. O Senado indicou os membros da comissão, mas a Câmara, não. Assim, a comissão terminou sendo arquivada no final do ano

passado sem ter chegado a se reunir.

Esse foi também o destino de requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que pediu a criação de uma subcomissão na CCJ para realizar a consolidação legislativa. Criada, ela não chegou a se reunir.

– É imperioso o trabalho dessa comissão, porque se trata do expurgo da legislação repetitiva do nosso ordenamento. Essa organização permitirá que os operadores do Direito e os cidadãos contem com um corpo legislativo coerente, enxuto, para que possamos entender melhor nossos direitos – afirmou Mesquita em agosto de 2003.

Na mesma ocasião, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) aplaudiu a iniciativa.

– Com essa subcomissão funcionando permanentemente, poderemos ter uma grande integração com a Ordem dos Advogados do Brasil, as magistraturas, as universidades e o Ministério Público, fazendo com que haja consonância entre o que o Senado decide e a aspiração da sociedade – afirmou Demostenes, que é procurador licenciado.

Entrevista

Pedro Simon

Ordenamento jurídico é saída contra anarquia legal

A consolidação da legislação nacional pode servir como base para melhorar a qualidade das instituições no país. A opinião é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que na semana passada voltou a propor a criação de uma subcomissão permanente na Comissão de Constituição e Justiça para organizar as quase 200 mil leis federais. Ele acredita que, com a limpeza de leis obsoletas, será possível conduzir as mudanças necessárias na legislação com mais qualidade.

A regulamentação da Constituição seria o trabalho que se seguiria à consolidação das leis, na visão do senador. Mas ele acredita que, antes de tudo, o Congresso precisaria retomar sua prerrogativa de legislar e, para isso, é necessário pôr fim às medidas provisórias.

Leia a seguir a íntegra da entrevista que Simon concedeu ao **Jornal do Senado**.

Por que o senhor considera prioritário o trabalho de consolidação das leis nacionais?

Hoje, vivemos um momento de anarquia política, em que as leis se proliferam sem nenhuma ordem. É preciso fazer uma tentativa de consolidação, para nos livrarmos desse emaranhado de leis, inclusive contraditórias, que devem ser colocadas no arquivo da história. De milhares e milhares de leis existentes, é preciso saber o que sobra, o que realmente vale e fica. Somente depois é que podemos fazer as mudanças que precisam ser feitas, como o drama que estamos vivendo hoje em dia. Estamos assistindo a um Congresso cujo poder de legislar é secundário. Se você olhar para a legislação brasileira dos últimos anos, vai reparar que a atuação do Congresso é subalterna. Hoje, o grande legislador brasileiro é o presidente, por meio das medidas provisórias. Isso chega a ser tão humilhante que você hoje assiste a um senador pedir por favor ao presidente da República para que baixe uma medida provisória sobre um assunto de

interesse de seu estado. Perdeu-se até a vergonha. É o retorno ao regime do absolutismo total. O Congresso é de mentirinha. As medidas provisórias atendem a interesses imediatos, depois ficam aí, vagando entre a Câmara e o Senado, trancando a pauta. É uma situação de angústia.

O número de leis é insuficiente ou é preciso aplicar as existentes?

As leis não são aplicadas. Daí vem, por exemplo, o problema da impunidade. Em outros casos, as leis são obsoletas, como no caso do inquérito policial, que atrasa os processos e que, quando chega na Justiça, não tem valor. Então, passado um, dois anos, ninguém lembra mais de nada. Eu só estou dando um exemplo de desorganização das leis. Mas eu também me nego a fazer parte dessa agitação para fazer a legislação urgente, de qualquer maneira. Isso não tem consequência.

Há juristas que listam exemplos demonstrando que, quando o Congresso reage em um mo-



Pedro Simon reclama que o poder de legislar vem sendo exercido pelo Executivo, enquanto Congresso não reivindica prerrogativas

mento emocional, muitas vezes as leis saem mal elaboradas, sem a qualidade devida ou sem refletir uma melhor solução, de acordo com a sociedade.

Há gente, nesses momentos, que defende, por exemplo, que em casos de crime hediondo não deve haver idade mínima para a pessoa ser condenada. O que é isso?! Cada um fala uma língua. Todo mundo diz o que não sente e vota o que não é para valer.

O processo de consolidação das leis poderia indicar a necessidade de aprovação da legislação complementar e diminuir a necessidade de emendar a Constituição?

Feita a Constituição, uma série de itens incluídos nela não tem vida própria. Tem que haver a regulamentação daquilo. Mas isso não está acontecendo e os tribunais estão legislando, porque o Supremo [Tribunal Federal], por exemplo, vai ter que interpretar o que acha que quer dizer aquele

artigo da Constituição. Porque nós não tivemos coragem de fazer esse trabalho. E nós, aqui, temos fama de vagabundos, de não fazer nada.

A mídia mede a produtividade do Congresso pela quantidade de reuniões e de projetos votados em vez da qualidade das leis aprovadas. Isso não leva a uma pressão por maior produção de leis?

É por isso que vemos tantas leis e projetos ridículos por aí. Não há interesse do Congresso nem do Executivo em mudar a situação. O Executivo está vibrando com as medidas provisórias. Nem na ditadura houve isso. Na questão dos vetos, a palavra final é do Executivo, porque o Legislativo não vota os vetos. Não só não legislamos como o que nós legislamos é o que o governo quer ver.

Houve iniciativas anteriores de consolidação da legislação, mas não foram adiante. Esse

não é um trabalho técnico que deve ser levado adiante pelo Congresso?

A subcomissão que estou propondo faria justamente o ordenamento técnico-jurídico, em que o que tem que botar fora, que não existe mais ou que é repetido ficaria claro. Isso já faria com que nos livrássemos de dois terços do que está aí. Então, partiríamos para a segunda parte: a regulamentação dos artigos da Constituição. Para se fazer isso com tesão, com vontade, também é preciso haver uma nova regulamentação das medidas provisórias, que não deveriam sequer existir no presidencialismo.

Seu requerimento foi apresentado à CCJ em abril do ano passado, mas ainda não foi votado.

O requerimento foi apresentado a primeira vez pelo senador Marco Maciel, para que o trabalho fosse feito em uma comissão mista, na Câmara e no Senado, em 2003. O Senado indicou seus membros, mas a Câmara não indicou ninguém. Agora, vamos tentar fazer só no Senado. O requerimento está na fila. Ele foi apresentado em ano eleitoral e, até por isso, parou. Só agora que o governo começou. Aliás, nem começou ainda.

A iniciativa de constituição do grupo de trabalho na Câmara demonstra que o momento é apropriado para o Congresso retomar essa iniciativa?

A Câmara está muito complicada e tensa, inclusive com a possibilidade de CPI. Continua difícil.

SEGURANÇA PÚBLICA



Projeto de Demostenes Torres (E) que torna fiança obrigatória foi aprovado na CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães



Mercadante (E) apresentou na CCJ emenda para que delegado não possa arbitrar valor de fiança

Atenção da CCJ é para pacote antiviolação

A reunião desta semana da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na quarta-feira às 10h, será destinada exclusivamente à votação de projetos do pacote antiviolação. O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), anunciou que a reunião terá cinco horas de duração. Assim haverá tempo suficiente para analisar todas as propostas em pauta.

Um dos principais temas em discussão é a proposta de emenda à Constituição que permite que estados legislem sobre segurança e decidam sobre a unificação das polícias Civil e Militar (PEC 21/05). O assunto saiu da pauta da CCJ em março para ser debatido no seu grupo de trabalho (veja abaixo).

O grupo analisou temas como escola em tempo integral, separação de presos por grau de periculosidade, bloqueio do sinal de telefones celulares em presídios e tipificação legal do crime organizado. O projeto que amplia em até um terço a pena para o adulto que utilizar, induzir ou auxiliar criança ou adolescente na prática de crimes PLS 118/03, já aprovado na CCJ também foi debatido no grupo de trabalho.

A decisão de fazer uma reunião apenas para debater propostas antiviolação foi tomada depois que na última reunião dois projetos antiviolação foram retirados para que os textos fossem aprimorados pelos relatores.

– Assim não vamos votar nada e não daremos à sociedade a resposta no prazo que nos com-

prometemos, de 45 dias – justificou Antonio Carlos, que espera concluir a votação dos projetos em 15 dias e encaminhá-los pessoalmente aos presidentes da República, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na semana passada foi adiada a votação do projeto de lei complementar do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que define os dados que não são sigilosos na investigação criminal (PLS 140/07). O relator é o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

A outra matéria retirada de pauta define as ações a ser financiadas pelo Fundo Nacional de Segurança Pública para aperfeiçoar os sistemas de investigação (PLS 135/07). A proposta, de Marconi Perillo (PSDB-GO), é relatada por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Grupo de trabalho formula propostas

Diante da escalada da violência no início de 2007, os senadores criaram na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um grupo de trabalho temporário para discutir e fazer propostas na área de segurança. O grupo começou a funcionar em 28 de fevereiro, composto por seis titulares e dois suplentes. Tem à frente o próprio presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), e como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO). Os integrantes fixaram um prazo de 45 dias para apresentar um pacote de propostas antiviolação.

Compõem ainda o grupo os senadores Aloizio

Mercadante (PT-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Patrícia Saboya (PSB-CE) participam como suplentes.

O senador Magno Malta (PR-ES) fez um apelo pela criação de uma comissão permanente de segurança pública. Ele recordou que há três anos espera uma decisão sobre a criação do colegiado. Malta lamenta que só o Poder Legislativo seja cobrado quando surgem episódios de violência na sociedade, embora o Executivo e o Judiciário tenham responsabilidades. Ele cobrou ainda do governo a construção de presídios federais.

Liberdade provisória, só pagando fiança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou mais um projeto de lei que faz parte do pacote antiviolação. Trata-se de proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que determina que o preso somente poderá ter liberdade provisória após o pagamento de fiança. A decisão foi terminativa. Por isso a projeto não será analisado no Plenário, a não ser que haja recurso da comissão, o projeto vai direto à Câmara.

Caso a matéria (PLS 139/07) seja transformada em lei (ainda será analisada na Câmara), a cobrança da fiança passa a ser regra geral. O projeto não atinge os casos em que é decretada a prisão preventiva do acusado e de crimes inafiançáveis, como os que envolvem tortura

ou seqüestro.

Na prática, o projeto acaba com a liberdade provisória sem o pagamento de fiança – regra já adotada na maioria dos países, conforme observou Demostenes Torres.

Para o parlamentar, a proposta não apenas permite restabelecer a “força do instituto da fiança”, como também serve para transformá-la “em um instrumento a mais para o Estado minorar os custos criminais”.

O proposição abre, entretanto, duas exceções que liberam os presos desse pagamento: as pessoas que provarem ser pobres (desde que não se beneficiem economicamente com o produto ou proveito do crime) e aquelas que tenham cometido crime em condições

de legítima defesa, no estrito cumprimento do dever ou no exercício regular de direito.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou emenda, acolhida pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), determinando que os delegados não terão mais o poder de arbitrar o valor da fiança, cabendo exclusivamente ao juiz essa decisão, inclusive para contravenções consideradas leves, como infrações.

– Acredito que, com essas inovações, o custo das infrações penais para a sociedade será diminuído, o Estado ganhará novo reforço para custear suas ações de segurança pública e de repressão penal e a prisão preventiva ganhará importância – acrescentou Demostenes.

Projeto permite película mais escura em carros

O Código Brasileiro de Trânsito (CBT) poderá ser alterado para permitir a instalação de películas mais escuras nos vidros dos veículos automotores. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na última quarta-feira parecer favorável do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ao projeto de lei (PLC 5/07) que introduz as modificações na atual legislação (Lei 9.503/97).

Pelo projeto, a película de proteção contra raios solares será permitida se possibilitar a passagem de pelo menos 70% da luz externa, no caso do pára-brisa, 28% nos vidros laterais dianteiros e 15% nos demais.

Em veículos especiais de socorro, segurança e outros definidos na lei, a película poderá ser ainda mais escura, desde que haja imposição médica.

Proibição para publicidade no vidro

Para evitar ainda que o pára-brisa e a traseira dos veículos possam desviar a atenção dos condutores, fica proibido o uso de inscrição de caráter publicitário ou qualquer outras locais, a não ser que seja

comprovado que não há riscos à segurança de trânsito.

Para os condutores que dirigirem com os vidros total ou parcialmente cobertos por painéis decorativos ou pinturas, bem como por películas mais escuras que o permitido, o projeto prevê três punições: classificação da infração como grave, multa e retenção do veículo para regularização.

O relator da matéria explica, em seu parecer, que a norma atual, a Resolução 73/98, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), determinou que a transmissão luminosa do conjunto de vidro-película não pode ser inferior a 75% no pára-brisa e a 70% nos vidros das janelas das portas dianteiras.

Para Valadares, a redução nos parâmetros não oferece risco à segurança do trânsito e ainda constitui medida de proteção aos ocupantes dos veículos.

– Afinal, quanto menos visível estiver o cidadão no interior do veículo, menos vulnerável à ação dos bandidos que atuam no trânsito das grandes cidades brasileiras – justificou.

O projeto será ainda votado em Plenário.

Mudança em júri deve ser analisada nesta semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcou para esta semana a votação do parecer elaborado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO) relativo ao projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que moderniza e simplifica o funcionamento do tribunal do júri (PLC 20/07).

Demostenes informou que decidiu solicitar o adiamento da votação da matéria, originalmen-

te marcada para a semana passada, atendendo a solicitação de associações de magistrados e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que, salientou, desejam simplificar ainda mais o funcionamento do tribunal do júri.

O projeto do Poder Executivo, que altera dispositivos do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), relativos ao tribunal do júri, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Tribunal do júri é empregado para julgar crimes graves

O tribunal do júri, instituído no Brasil em 1822, só é convocado em casos de crimes intencionais (dolosos) contra a vida: homicídio, infanticídio, aborto e participação em suicídio. O júri, composto por sete jurados (sorteados de um grupo de 21 pessoas previamente intimadas), auxilia o juiz na emissão da sentença.

Entre as inovações propostas, no projeto que está na CCJ,

destacam-se a supressão da leitura do processo para o início da acusação em plenário; o direito de os jurados examinarem os autos a qualquer momento da discussão da causa e não apenas na sala secreta; e o direito de o acusado preso requerer dispensa de comparecimento à sessão de julgamento. O projeto, entretanto, mantém a incomunicabilidade dos jurados e a sala secreta.

DESENVOLVIMENTO

Governo pode retomar obra de Angra 3

A decisão governamental sobre eventual retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 será divulgada nas próximas semanas, anunciou o ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende, na audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Para ele, a opção pela energia nuclear tem-se fortalecido no mundo ao longo dos últimos anos.

– A energia de origem nuclear pode ser considerada mais benéfica no que diz respeito ao aquecimento global. Além disso, não foram registrados acidentes em usinas nucleares nos últimos 20 anos, e os geradores de terceira geração deverão resolver o problema dos rejeitos nucleares – disse Rezende, em resposta a questionamento do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), vice-presidente da CCT, que presidiu a reunião.

Durante a audiência, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aconselhou o ministro a não apenas popularizar a ciência, como Rezende havia anunciado em sua exposição inicial, mas a “popularizar o ministério”, cujo trabalho ainda é desconhecido da

população, como destacou o parlamentar.

O senador Flávio Arns (PT-PR), por sua vez, demonstrou preocupação com o contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais de pesquisa. Em resposta, Rezende observou que o corte de verbas tem diminuído ao longo dos últimos anos e que R\$ 1,4 bilhão estarão liberados aos fundos neste ano.

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) concordou com o ministro a respeito da necessidade de as empresas privadas investirem mais em inovação e contratarem pesquisadores. O senador Renato Casagrande (PSB-ES), por outro lado, lembrou a cooperação com a China na fabricação e no lançamento de satélites e demonstrou preocupação com a Amazônia. Dentro de três anos, respondeu Rezende, será possível obter novas imagens a respeito do desmatamento da região a cada dois dias – o intervalo entre as atuais informações é de três a quatro semanas.

Em relação à preocupação



Sergio Machado Rezende, em debate na CCT: 20 anos sem acidentes nucleares

do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sobre a utilização para a inclusão digital de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o ministro previu que ainda em 2007 o fundo começará a liberar recursos para o setor. O senador Augusto Botelho (PT-RR) elogiou a realização das Olimpíadas de Matemática, que popularizaram o estudo da disciplina em seu estado, como informou. Por sua vez, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) demonstrou preocupação com a reciclagem do lixo produzido nos grandes centros urbanos.

CÉLIO AZEVEDO

Rezende conta com maiores investimentos do do setor privado

O estímulo à inovação nas empresas poderá ajudar o país a elevar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, afirmou o ministro Sergio Machado Rezende aos senadores da CCT. A aproximação com o setor privado, a consolidação do marco legal do setor e a ampliação da formação de recursos humanos estão entre as prioridades de sua gestão para os próximos quatro anos.

Rezende informou que o Brasil dedica hoje 1,3% de seu produto interno bruto (PIB) à pesquisa científica. É pouco, admitiu, quando se compara aos 2,5% na Coreia do Sul ou aos 2,7% nos Estados Unidos. Para ele, a redução dessa diferença se tornará mais fácil, em sua opinião, na medida em que crescerem os investimentos feitos pelo setor privado.

Alternativas de energia em debate nesta terça-feira

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública nesta terça-feira, às 10h, para debater fontes alternativas de energia, tendo como um dos convidados o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann. A informação foi dada pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). A audiência será realizada em conjunto com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Também devem participar do debate Luiz Antonio Rodrigues, secretário de Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação do MCT; Jerson Kelman, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Adão Linhares Muniz, presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (Abee); e Haroldo Borges Rodrigues Lima, diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo.

LINDOMAR CRUZ



Senador Delcídio Amaral (D) preside debate sobre concessões no transporte rodoviário

Sistema digital pode aliviar valor de pedágios

O governo deverá adotar o sistema digital nas rodovias para cobrança de um pedágio diferenciado, com o objetivo de reduzir as tarifas pagas pelos usuários, informaram o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Nogueira de Resende, e o secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, José Augusto da Fonseca Valente. Eles participaram de audiência pública sobre concessões no sistema rodoviário na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O secretário explicou que a intenção do governo é implantar no prazo de cinco anos o sistema digital, de modo que o usuário possa pagar somente pelo trecho que utilizar na rodovia.

Essa é uma das opções do governo para tentar reduzir em aproximadamente 20% as tarifas de pedágio. Em janeiro, a licitação para concessão de sete trechos de rodovias federais, que vinha sendo conduzida pela ANTT, foi finalmente suspenso, após várias interrupções e modificações nos

últimos sete anos, ora por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), ora por decisão do próprio governo.

Já o diretor da ANTT fez um alerta para o fato de que um patrimônio rodoviário de US\$ 150 bilhões está se perdendo no país devido à má conservação das rodovias, e lamentou a morte, a cada ano, de 35 mil pessoas nas estradas.

– É um índice extremamente alto de usuários atingidos, para não falar no número alto de usuários [feridos] que requerem assistência, o que exige custos operacionais. Só na rodovia Dutra houve 296 mil atendimentos no ano passado – afirmou Resende.

A descentralização de parte da malha federal para os estados não deu certo, segundo o secretário Fonseca Valente. Foram entregues aos estados 14,5 mil quilômetros de rodovias e repassados R\$ 1,9 bilhão em recursos para manutenção, mas a maioria não conseguiu cuidar das estradas, abandonadas até dezembro de 2005, quando o TCU determinou a intervenção do governo no setor.

Transportadores acham que preço pode cair até 35%

A Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logística (ANTC) considera possível reduzir em até 35% o valor das tarifas de pedágio nas rodovias brasileiras. Estudo com medidas que podem garantir a queda dos preços já foi entregue ao governo, como informou o presidente da entidade, Geraldo Viana, durante o debate na CI. Viana afirmou que uma das medidas necessárias é a retirada do peso dos tributos incidentes sobre as tarifas, que chega a 20%. Para ele, uma vez que o governo privatizou as rodovias, por não ter recursos para fazer a manutenção, não pode transformar as tarifas em mais uma fonte de arrecadação. Ele apóia o pedágio digital, para não sacrificar ainda mais o setor de transporte de cargas.

– Se for cobrado o pedágio nos pequenos trechos, haverá revolução. Mas se esse usuário pagar apenas pelo que rodar, estará pagando centavos. Será possível cobrar de todos, sem grande sacrifício – disse.

Para senadores, governo é lento ao buscar soluções

Os senadores cobraram dos representantes do governo soluções rápidas para as rodovias brasileiras. “Temos visto que o governo tem se eximido das responsabilidades”, afirmou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), citando o “apagão aéreo”.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que o governo sofre de uma espécie de hermafroditismo, dada sua imprecisão quanto a adotar medidas na área de concessões privadas e públicas. Para Arthur Virgílio, o governo precisa promover mais privatizações e fazer mais concessões.

– O governo tem acertos macroeconômicos, mas tem graves

crises de gerência, não opera bem a máquina administrativa. O governo precisa assumir mais sua postura para tocar o desenvolvimento, conceder mais, ir buscar o capital que falta ao Estado brasileiro – assinalou o líder do PSDB.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), as concessões públicas das rodovias enfrentam questionamentos de governadores e de usuários. Disse que há um histórico de licitações fraudadas e superfaturadas e, por isso, é preciso estar atento a esses fatos.

Francisco Dornelles (PP-RJ) quis saber sobre a política para a navegação, lembrando que não há empresas brasileiras operando nesse setor.

Abdib reivindica decisão rápida para as estradas

O presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, disse que o governo não deve mais postergar uma decisão sobre as rodovias brasileiras, devido ao alto custo econômico e social que a péssima situação das estradas está causando ao país.

Há 190 mil quilômetros de rodovias no país, segundo informou Paulo Godoy, mas apenas 10 mil com pedágio. Ele concorda com a proposta de adoção do pedágio digital e defendeu maior flexibilidade nos contratos de licitações para prever condições de negociações e mudanças, como no caso dos pedágios.

Concessões hoje totalizam 4.731 quilômetros

O programa de concessão de rodovias federais sob a responsabilidade da ANTT abrange 4.731 quilômetros, desdobrado em concessões feitas com base na Lei 9.277/96, uma das chamadas leis de concessões, que regulamentam o artigo 175 da Constituição.

A segunda etapa de concessões a licitar abrange 2.600,78 quilômetros e é composta de lotes relativos às parcerias público-privadas (PPPs). Essas rodovias são as seguintes: BR-116/PR/SC; BR-376/PR; BR-101/SC; BR-116/SP/PR; BR-381/MG/SP; BR-393/RJ; BR-101/RJ; e BR-153/SP.

ECONOMIA Consenso entre especialistas e políticos é de que números da economia nacional têm maior exatidão

Novo cálculo do PIB é bem recebido

O debate realizado semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o novo método de cálculo do produto interno bruto (PIB) resultou num raro consenso entre senadores governistas e oposicionistas presentes. Após a explanação do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, a opinião comum era de que as mudanças foram necessárias para refletir com maior exatidão o funcionamento da economia brasileira e adequar o levantamento às recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com a nova metodologia, foi revisto para cima o crescimento econômico dos últimos anos (*veja quadro*), resultado da incorporação de novas fontes de dados no cálculo – que agora inclui 149 atividades econômicas e 293 produtos, em lugar das 43 atividades e 80 produtos anteriores.

– A tendência da economia não foi alterada por causa da base nova. O que aconteceu é que a magnitude da economia foi reavaliada porque temos mais

informações disponíveis – explicou Nunes.

O presidente do IBGE afirmou que ocorreram mudanças nas projeções – que elevaram o PIB de 2006 de 2,9% para 3,7%, por exemplo – porque o IBGE passou a adotar no Sistema de Contas Nacionais o cálculo recomendado pela ONU, elaborado em 1953 e atualizado em 1968 e 1993.

– Há mais informações e mais setores envolvidos nas pesquisas, que também passaram a ser realizadas anualmente e não mais a cada cinco anos – afirmou, apontando que as pesquisas agora são realizadas em setores da indústria, do comércio, dos serviços, da construção e ainda com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e da Pesquisa de Estatísticas Econômicas da Administração Pública, entre outras.

Segundo Nunes, antes os dados eram relacionados a famílias, empresas e governos. Agora, foram agregadas informações sobre instituições sem fins lucrativos – como partidos políticos –, organizações não-governamentais (ONGs) e associações religiosas.

Mudança inclui pesquisa mensal sobre indústria e comércio

A nova metodologia de cálculo do PIB foi elogiada por vários senadores que participaram do debate na CAE com o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) perguntou sobre a regularidade das pesquisas que servem de base para a aferição do PIB, e Nunes informou que algumas delas são feitas mensalmente, com o objetivo de obter dados mais precisos.

– Fazemos pesquisas mensais na indústria e no comércio e estamos trabalhando para que no setor de serviços elas também passem a ser mensais – afirmou.

Quanto à nova sistemática de cálculo em moldes internacionais, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) perguntou a Nunes se havia alguma disparidade na metodologia adotada no Brasil em relação aos demais países.

Segundo Nunes, os sistemas mais avançados na América Latina são adotados por Brasil, México, Colômbia e Chile. Já os da Argentina e Venezuela são mais simplificados.

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), salientou a importância do atual controle inflacionário para a adoção do novo modelo de cálculo, que permaneceu inalterado devido às altas taxas de inflação verificadas entre 1980 a 1994.

– Hoje, com a estabilidade econômica, estamos num caminho que permite essa nova sistemática adotada pelo IBGE – disse.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Collor (PTB-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jefferson Péres (PDT-AM), Jayme Campos (DEM-MT) e João Tenório (PSDB-AL) também participaram do debate.

Mercadante pede ajuda na divulgação do censo nos estados

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu que os membros do colegiado ajudem a divulgar, nos seus respectivos estados, o censo demográfico que o IBGE vai realizar em todo o país entre 16 de abril e 31 de julho.

– É importante que a população seja sensibilizada e participe da contagem do censo – afirmou.

Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, também será realizada uma pesquisa agropecuária em todo o Brasil, com o objetivo de se construir um cadastro de domicílios e unidades agropecuárias.

De acordo com Nunes, 60 mil pesquisadores já estão sendo

treinados pelo IBGE. A partir deste ano, segundo Nunes, os questionários serão aplicados eletronicamente, por meio de *palmtops* (computadores de mão), sem a utilização de qualquer tipo de papel.

– O trabalho será feito de casa em casa, com um completo sistema de revisão e controle de qualidade. O que precisamos é orientar as famílias a fim de que recebam os recenseadores para que o trabalho seja eficiente e completo – disse Nunes.

Mercadante anunciou que solicitará uma audiência pública com o presidente do IBGE para debater o censo demográfico e agropecuário.



Eduardo Nunes, do IBGE, participa de audiência na CAE, presidida por Mercadante (ao fundo)

Alterações vêm sendo preparadas há anos

Primeira mudança na fórmula de cálculo do PIB desde 1997, as alterações na metodologia do IBGE não foram contestadas em seu valor técnico por economistas e estudiosos do assunto. Mesmo os adversários do governo Lula admitem que é descabida a teoria da conspiração de que as modificações visaram “dourar” os números do desempenho econômico do atual governo.

Na verdade, a mudança na sistemática vinha sendo preparada desde o governo Fernando Henrique Cardoso, na esteira do que fizeram países como Estados Unidos, Espanha, Austrália e a gigante do crescimento China.

Ligado historicamente ao PSDB

– foi inclusive presidente do BNDES e ministro das Comunicações nos governos de Fernando Henrique –, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros é um dos muitos que consideram positiva e necessária a mudança implementada pelo IBGE.

– Independentemente do que a nova fórmula mostra, ela é melhor que a outra. O IBGE é uma instituição séria, que sabe o que faz – declarou.

Um dos pais do Plano Real e presidente do IBGE nos anos 1985/86, justamente quando o instituto começou a calcular o PIB, o economista Edmar Bacha, também ligado aos tucanos, sempre defendeu uma revisão

na sistemática. Em dezembro de 2005 ele sugeriu a criação de uma comissão de especialistas para rever os procedimentos do cálculo do PIB.

Outro que descarta interferência política na decisão do IBGE é o diretor da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Renato Bauman.

– Os países seguem parâmetros internacionais acordados no âmbito da ONU, tanto para o cálculo do PIB quanto para as contas externas [balança de pagamentos]. Há normas específicas que regulamentam isso e o que os países podem fazer é adequar essa norma conforme suas realidades – declarou à Agência Brasil.

Refazendo as contas

O que mudou com a nova metodologia em 2006

	Como era	Como ficou
Crescimento do PIB	2,9%	3,7%
PIB nominal	R\$ 2,1 trilhões	R\$ 2,3 trilhões
Crescimento do PIB per capita	1,4%	2,3% (chegou a R\$ 12.400,00)
Dívida pública em relação ao PIB	50%	44,9%

Altos e baixos

Com a nova fórmula do PIB, crescimento da economia nos anos recentes teve que ser recalculado

	Série antiga	Série nova	
1996	2,7%	2,2%	↓
1997	3,3%	3,4%	↑
1998	0,1%	0,1%	—
1999	0,8%	0,3%	↓
2000	4,4%	4,3%	↓
2001	1,3%	1,3%	—
2002	1,9%	2,7%	↑
2003	0,5%	1,1%	↑
2004	4,9%	5,7%	↑
2005	2,3%	2,9%	↑
2006	2,9%	3,7%	↑



Principais modificações

- Agora o cálculo inclui 149 atividades econômicas e 293 produtos. Antes eram 43 atividades e 80 produtos
- Inclui também pesquisas anuais de indústria, comércio, serviços, construção civil e domiciliares
- Imposto de Renda das empresas foi incluído
- Aumentou o peso do setor de serviços, de 56,3% para 66,7%
- Incluíram-se despesas de instituições sem fins lucrativos
- Setor de “serviços de informação” inclui telecomunicações, consultoria em *hardware*, *software*, processamento e banco de dados, cinema, rádio e agências de notícias
- Contas do governo passam a incluir, além de gastos de custeio e salários, o consumo de capital fixo (prédios, máquinas e computadores)
- Os serviços financeiros incorporam os fundos de investimentos
- O cálculo de serviços e intermediação financeira usará dados como tarifas bancárias e ativos e passivos dos bancos
- O terceiro setor entra na conta na área de consumo (ao lado de consumo das famílias, por exemplo)

Fontes: Agência Brasil e IBGE

AVIAÇÃO

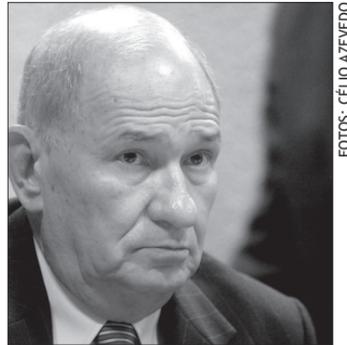
Mais 500 controladores de voo em 2007

Quinhentos novos controladores de voo deverão estar trabalhando até o final do ano, sendo 300 deles militares e 200 civis, anunciou na quinta-feira passada o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito, durante audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Saito destacou que uma medida provisória aprovada no final do ano passado já previa a contratação de 60 controladores da reserva. Uma nova MP, completou, autorizou a contratação de mais 100 profissionais. Além disso, o tempo de formação dos controladores de voo militares está sendo reduzido, para permitir que outros 140 estejam trabalhando já em 2007.

Por meio de fotos, Saito procurou demonstrar que os controladores de voo – cujo salário inicial é de R\$ 2.200 – contariam com boas condições de trabalho, especialmente em centros de controle de tráfego aéreo já modernizados. Ele anunciou ainda que o reaparelhamento do sistema de controle do tráfego aéreo é prioridade.

O senador Heráclito Fortes



Ministro Waldir Pires, comandante Saito, Milton Zuanazzi (Anac) e brigadeiro Pereira, da Infraero: explicações aos senadores

(DEM-PI), presidente da CRE, cobrou esclarecimentos sobre suposto buraco negro nos céus da Amazônia, onde haveria falha de controle por meio de radares, e das investigações sobre o acidente com um Boeing da Gol.

– Buraco negro é uma expressão que traz a noção de terra de ninguém. Isso não existe, o que podem existir são algumas lacunas de cobertura de radar – admitiu o comandante da Aeronáutica, anunciando que até setembro será divulgado o relatório final das investigações sobre o acidente da Gol.

O ministro da Defesa, Waldir Pires, por sua vez, disse que a crise atual tem origens antigas, vinculadas a “políticas de investimentos e prioridades”. Ele observou ainda que a aviação está vivendo

período de expansão e atribuiu os sucessivos problemas registrados nos aeroportos brasileiros a “crises de gestão de recursos humanos e de equipamentos”.

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, admitiu “problemas sérios”, mas concordou com a avaliação do ministro da Defesa: eles são antigos.

– Desde a década de 70, os aeroportos não recebem investimentos em aumento de capacidade, e as obras de Congonhas são apenas para recuperar o tempo perdido – afirmou Zuanazzi.

O presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportu-

ária (Infraero), tenente-brigadeiro José Carlos Pereira, ressaltou aos senadores que a empresa vem “adquirindo experiência” ao longo dos últimos meses e reconheceu que a principal deficiência da

Infraero estaria na precária comunicação com os passageiros em busca de informações nos aeroportos.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou dificuldades e fragilidades do sistema, insuficiência de verbas para o controle aéreo, contingenciamento de recursos e deficiência de gerência de pessoal.

Para o senador Marcelo Cri-

vella (PRB-RJ), a discussão sobre a cisão do sistema em civil e militar parece estar sendo bem encaminhada. Crivella indagou ao comandante da Aeronáutica se, em caso de crise, não poderiam ser convocados reservistas, ou seja, se existe um plano de mobilização de pessoal militar em caso de emergência. Saito garantiu que sim, acrescentando já ter havido convocação de controladores da reserva.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse existir um “sentimento de insegurança” entre os atuais passageiros de avião no Brasil, apesar dos números expostos durante a reunião pelas autoridades do setor. Ele lamentou que não exista, no governo, uma orientação “mais clara” sobre o tema.

“Decisão de Estado” vai definir modelo de controle, diz ministro

O ministro da Defesa, Waldir Pires, disse na audiência que a “decisão de Estado” sobre o controle aéreo (na esfera civil ou militar) será tomada pelo presidente da República, que deverá encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional.

– Temos no mundo hoje exemplos de controle militar [somente] na Eritreia, na Somália e no Uruguai – afirmou, em resposta a questionamento feito pelo senador César Borges (DEM-BA).

Para o senador, ainda não há solução para os grandes problemas que atingem a aviação civil brasileira, entre os quais a falta de investimentos em infra-estrutura e treinamento de pessoal e a “questão institucional” a respeito da definição do modelo de controle aéreo nacional.

O comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, afirmou aos senadores que é “bom” o atual sistema de controle de voo – integrado por militares e civis – e também frisou que a decisão sobre qualquer mudança será do presidente Lula.

– Se ele disser que vai ser um sistema civil, assim será, mas acredito que o tempo de transição precisará ser longo – observou Saito, em resposta ao senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem o sistema integrado e cumulativo que existe hoje complica a elaboração de um plano de carreira para a categoria.

Saito explicou que os controladores militares são subordinados pelo regime estatutário, sendo que os sargentos especialistas podem subir, na hierarquia militar, até capitão, se fizerem treinamento e se submeterem a provas. Os que possuem nível superior podem chegar até a tenente-coronel, declarou.

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a fiscalização do espaço aéreo precisa ser militar, mas a aviação comercial pode ter controle civil. Conforme Paulo Paim (PT-RS), a solução para o problema dos controladores é um salário que atenda aos interesses tanto dos militares quanto dos civis.

Para sindicalista, há dificuldades de diálogo com o governo

O presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Jorge Botelho, afirmou que o fato de diferentes categorias de trabalhadores exercerem a mesma função tem causado dificuldades e divergências no relacionamento entre esses trabalhadores e as autoridades que os comandam, seja na Aeronáutica ou no Ministério da Defesa. Segundo ele, muitas das dificuldades decorreriam de “anomalias e incoerências” que cercam os vários grupos de trabalhadores que atuam no sistema de controle aéreo nacional.

Botelho explicou que hoje trabalham no setor militares graduados, controladores civis que são funcionários públicos e novos contratados, inclusive aposentados. Os militares, esclareceu, têm uma carreira organizada, com níveis hierárquicos bem definidos, sendo natural que os segmentos civis também queiram uma carreira organizada e, principalmente, não sofrerem discriminação. O sindicalista disse que foi formado um grupo de trabalho para estudar a questão, mas, na sua opinião, está faltando diálogo entre o governo e esses trabalhadores.

O diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, fez questão de expressar a comoção dos usuários que enfrentam o tumulto nos aeroportos.

– O consumidor é o elo mais vulnerável dessa situação. Ele tem direito a ter assegurado um patamar mínimo de qualidade, de civilidade, e isso não vem acontecendo – declarou.

Morishita observou que o Código Brasileiro da Aeronáutica prevê “dever de assistência”, a fim de garantir ao cidadão condições mínimas para enfrentar transtornos, como hospedagem, transporte e alimentação. Ele comentou que foram aplicadas muitas pesadas às empresas, pois, como destacou, a legislação é clara e precisa ser cumprida.

Lista de apoio a CPI conta com 27 senadores

O senador Efraim Morais (DEM-PB) informou na quinta-feira passada que 27 senadores (número mínimo exigido) já assinaram o requerimento pela criação de uma CPI para investigar as causas do chamado apagão aéreo. Na sexta-feira, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), avaliou que “não há clima” para CPI no Senado. No entanto, caso haja entendimento nesse sentido, a comissão poderá ser instalada na Câmara dos Deputados.

– Como a Câmara antecedeu o

movimento, talvez fosse melhor deixar que ela seja instalada naquela Casa. Para o Senado, a CPI não agregaria nada – disse.

Já para o líder do Democratas, senador José Agripino (DEM-RN), é preciso “identificar culpas e recomendar remédios. A crise está sufocada, não está resolvida, e o que está sufocado pode explodir a qualquer hora”.

Os assessores de Agripino estão evitando fornecer a lista completa dos apoiadores, para dificultar a pressão que o governo costuma fazer nessas

situações. O documento já foi assinado por todos os senadores do PSDB e boa parte do DEM, além dos senadores Mão Santa (PI), Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE), do PMDB.

A idéia é conseguir 35 assinaturas antes de apresentar o requerimento, para impedir que a CPI seja inviabilizada por desistências de última hora, disse o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na quinta-feira que tem posição

contrária à instalação da CPI.

– A CPI não é o que a Casa quer, apesar de ser um direito da minoria. Não há esse sentimento investigatório aqui no Senado – observou.

Apesar de ser contra a CPI e esperar que “o bom senso prepondere e esse requerimento não seja entregue à Mesa”. Para ele, “esse assunto já está sendo investigado”, mas garantiu que vale o regimento.

Esta também é a opinião de Romero Jucá, segundo o qual o Tribunal de Contas da União



Para José Agripino, CPI poderá “identificar culpas e recomendar remédios”

(TCU) e a Controladoria Geral da União já estão investigando denúncias de corrupção na Infraero.

PLANEJAMENTO FAMILIAR Em debate, especialistas aprovam fim da autorização do marido para laqueadura

Senado discute a esterilização aos 18 anos

PATRICIA SANTOS/FOLHA IMAGEM



Adolescentes grávidas em clínica do SUS: especialistas se dividem quanto à redução da idade

Em audiência pública realizada pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), seis convidados discutiram o Projeto de Lei 284/06, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que reduz de 25 para 18 anos a idade mínima para a esterilização cirúrgica voluntária e revoga a exigência de consentimento do marido. O fim desse consentimento foi elogiado.

▶ Acesso à esterilização é defendido

Um dos convidados da audiência pública, o médico oncologista Drauzio Varella informou que 73% das crianças que nascem no país são dos estratos mais pobres da população.

– A falta de acesso aos métodos de planejamento familiar é uma das maiores violências que fazemos no país contra os mais pobres – destacou, depois de classificar como desnecessária a redução da idade porque, em termos práticos, dificilmente um médico submeteria um homem ou uma mulher de 18 anos a uma esterilização irreversível.

Drauzio considerou importante a proposta de se retirar a exigência de autorização do cônjuge para a realização da cirurgia de esterilização, para ele “discriminatória às mulheres”.

Allana Armitage, representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (Unfpa) lembrou a importância do aconselhamento sobre a irreversibilidade da cirurgia e a apresentação de métodos alternativos contraceptivos aos jovens interessados.

– Vinte por cento das mulheres esterilizadas se arrependem posteriormente – afirmou.

A representante do Unfpa apoiou de forma enfática a revogação da exigência do consentimento do casal, na vigência de sociedade conjugal, para a esterilização voluntária de um ou de ambos, já que o programa das Nações Unidas defende a igualdade e a equidade de gênero, com a garantia de que as mulheres possam controlar sua fertilidade.

▶ Crivella diz que decisão precisa ser muito bem pensada

O senador Marcelo Crivella, autor do projeto, reforçou que o interessado na esterilização cirúrgica passa por várias etapas para garantir que está mesmo certo de sua decisão. Lembrou ainda que “a lei prevê como crime de genocídio se não for dada a oportunidade para que o cidadão se expresse e reafirme

seu desejo”.

Crivella afirmou que, como missionário, recebeu o pedido de vários jovens, muitos com 18 anos, para que intercedesse a fim de que fosse realizada a intervenção cirúrgica para evitar o nascimento de mais filhos.

Já o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) considerou radical

estender a oportunidade aos jovens de 18 anos e defendeu a educação sexual como forma importante de planejamento familiar.

A necessidade de cobrança por resultados das leis e programas já existentes relacionados à educação sexual foi destacada pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

▶ Relator leva em conta as implicações ambientais

O senador Edison Lobão (DEM-MA) afirmou que, quando se discute planejamento familiar, é preciso que sejam levadas em conta as implicações das questões demográficas sobre o meio ambiente. Lobão destacou que o aquecimento global é um problema que atinge toda a Humanidade e disse temer os

“horrores” que virão com a crise no meio ambiente.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) assinalou que, apesar de não concordar com algumas características do projeto, achou riquíssimo o debate e sugeriu que sejam realizadas novas audiências junto às populações mais pobres.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que a questão da contracepção é deixada em segundo plano porque é um problema que só atinge os mais pobres, uma vez que, conforme lembrou, os ricos ou remediados têm fácil acesso aos métodos contraceptivos.



Herilda Balduino de Sousa: redução da idade é ameaça aos jovens



Yeda Verreschi: projeto prejudica adolescentes e discrimina mais pobres



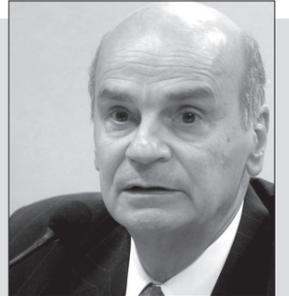
Maria de Fátima: educação sexual já consta dos currículos



Allana Armitage: apoio ao fim do consentimento do marido para laqueadura



Pedro Chacel: o Brasil hoje é um país de baixíssima natalidade



Drauzio Varella: falta de planejamento familiar é violência contra pobres

▶ Críticas à redução para 18 anos

A redução da idade para a realização da esterilização cirúrgica voluntária dos atuais 25 para 18 anos foi combatida pela representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herilda Balduino de Sousa. Ela justificou que a medida pode contribuir para o surgimento de problemas de saúde, como alterações hormonais, e acusou a proposta de ser um mecanismo de controle de natalidade não-assumido.

– É diferente tomar uma decisão como essa aos 18 anos, sobre algo que depois não vai ter condições de consertar. Falta amadurecimento emocional aos jovens – comentou.

A representante da OAB também disse ser contrária à idéia de que as “mulheres pobres só geram filhos e não os criam” e defendeu a assistência integral do Estado a essas mulheres. Ela fez

questão de deixar clara ainda sua opinião de que o planejamento familiar não vai resolver as questões de violência no Brasil.

O conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM) Pedro Pablo Magalhães Chacel também se posicionou contrariamente ao projeto. Na opinião dele, o Brasil é um país de baixíssima natalidade. O médico defendeu a idéia de que uma educação global daria capacidade intelectual para as pessoas decidirem o que fazer.

A representante do Ministério da Educação, Maria de Fátima Malheiro, lembrou apenas que a educação sexual já se encontra nas diretrizes curriculares e lembrou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação defende a liberdade de escolas, estados ou municípios para enfocar o assunto da melhor maneira.

As mudanças propostas no projeto

A proposta do senador Marcelo Crivella reduz a idade mínima necessária para uma pessoa optar pela esterilização cirúrgica, dos atuais 25 para 18 anos. Para fazer a opção, a pessoa deve ter pelo menos dois filhos vivos. Pelo Código Civil, observa, a menoridade cessa aos 18 anos, quando o cidadão fica habilitado a todos os atos da vida civil, inclusive para a adoção de filhos.

O ato cirúrgico, por sua vez, só poderá ser feito 60 dias após o pedido, período em que os interessados terão acesso a serviço que inclui aconselhamento por equipe multidisciplinar visando

desencorajar a esterilização precoce.

O projeto torna obrigatória a educação sexual nos ensinos fundamental e médio, mas como tema transversal, sem criar uma disciplina específica. O tema deverá também ser incluído na instrução prestada no serviço militar obrigatório. É ainda revogada a exigência do consentimento do casal para a esterilização voluntária de um ou de ambos. A CAS deve tomar decisão terminativa sobre a proposta, ou seja, ela só será votada em Plenário a pedido de pelo menos nove senadores. Sem isso, irá direto da CAS para a Câmara dos Deputados.



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de informações hospitalares do SUS (SIH/SUS)

PLANEJAMENTO FAMILIAR Programas implementados pelo Estado são aprovados pela maioria da população



Pesquisa de alcance nacional mostra que a tendência é de que o parto resulte de uma decisão consciente de ter filhos

Cresce o apoio da população a laqueadura e vasectomia

A Constituição assegura, no artigo 226, o direito ao planejamento familiar. Assim, é dever do Estado garantir às pessoas técnicas para controlar a sua fecundidade, uma escolha livre e consciente que se dá com amplo acesso às informações. A Lei do Planejamento Familiar (9.263/96), em seu artigo 10, expressa claramente as situações em que procedimentos de esterilização voluntária serão permitidos – em termos gerais, mulheres e homens maiores de 25 anos ou, pelo menos, dois filhos vivos.

Mesmo assim, a lei define um prazo mínimo de 60 dias entre o desejo de realizar uma laqueadura ou vasectomia e o ato cirúrgico propriamente dito. Nesse período, a pessoa interessada terá direito, inclusive, a aconselhamento sobre as conseqüências de sua

decisão. Há, também, a previsão em lei de exceções para a regra geral, que incluem risco à vida ou à saúde da mulher ou do feto, testemunhado em relatório assinado por dois médicos.

Para cumprir a lei, o governo brasileiro implementa políticas de planejamento familiar. A mais recente, lançada em março de 2003, traçou duas metas principais para o período 2005-2007:

– Aumentar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso à esterilização cirúrgica voluntária e introduzir práticas de reprodução humana assistida.

A meta do Ministério da Saúde de aumentar em 50%, até 2007, o número de estabelecimentos cre-

denciados a realizar laqueadura tubária e vasectomia foi facilmente superada. Se em 2003 o SUS contava com 567 instituições habilitadas a realizar tais cirurgias, hoje, segundo o DataSus, existem 2.343 estabelecimentos.

Os números comprovam que a esterilização voluntária tem sido amplamente aceita pelos brasileiros adultos. Há dez anos, as vasectomias realizadas pelo SUS em todo o país somaram 516. Em 2006, atingiram 21.917. Em 2000, o SUS executou 9.100 cirurgias de laqueadura, contra 50.044 em 2006 (veja gráfico na página 15).

A resistência de alguns setores da sociedade, em especial da Igreja Católica, às políticas de

planejamento familiar vem sendo superada, como demonstra a mais recente pesquisa sobre o tema realizada pelo Ministério da Saúde, em 2005. Foram ouvidas 2.100 pessoas e a esmagadora maioria (91%) considera positiva a oferta de métodos anticoncepcionais pelo SUS, inclusive da chamada “pílula de emergência” (77%, contra 10% contrários).

Em relação à ampliação dos serviços de esterilização cirúrgica voluntária, 87% das pessoas apoiaram a medida, contra 5% contrárias. O mesmo cenário vale para a distribuição nas escolas de preservativos a adolescentes (74% a 16%), fator que pode contribuir para a redução dos índices de jovens grávidas no país, responsáveis por 21,8% dos partos realizados pelo SUS em 2003.

Fecundidade já pode estar abaixo de dois filhos

Ao analisarem os dados sobre fecundidade no Brasil apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2004, as pesquisadoras Elza Berquó e Suzana Cavenaghi, do Cebap, constataram que a tendência declinante da fecundidade no país atingiu, naquele ano, seu nível mais baixo: o número médio de filhos por mulher foi igual a 2,1 – o que representou queda de 12,5% em relação ao último censo (2000). Como comparação, a fecundidade média já foi de 4,4 filhos no início dos anos 80 e de 6,3 filhos nas décadas de 50 e 60 (veja o gráfico ao lado).

As conclusões foram publicadas em março do ano passado pela revista *Novos Estudos*, do Cebap, em um estudo intitulado “Fecundidade em declínio”. Ainda que registrem claramente que a educação e a renda (leia-se aí, também, a região de moradia)

das mulheres continuam negativamente correlacionadas aos níveis de fecundidade, as pesquisadoras vêem boas notícias nas estatísticas.

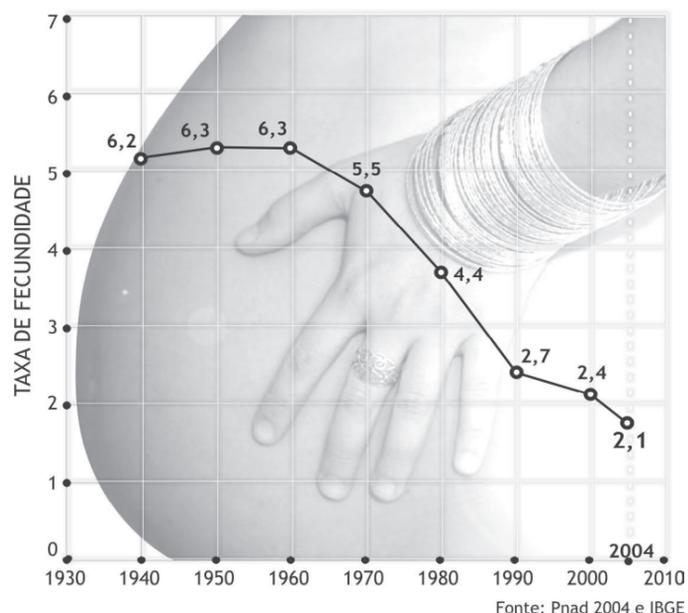
– Vale observar também que o declínio ocorrido entre 1991 e 2004 se deveu em grande medida à redução verificada entre as mais pobres, da ordem de 16,4%. No Brasil rural de 1991, as mulheres tinham, em média, 4,3 filhos, ou seja, dois filhos a mais do que aquelas que viviam nas cidades. Dez anos mais tarde, essa diferença se reduziu para 1,2 filhos, e foi mantida em 2004 – informam.

Outro dado interessante destacado por Elza Berquó e Suzana Cavenaghi é que, em 2004, apenas 4,1% das mulheres em idade fértil no Brasil tinham níveis de fecundidade acima de cinco filhos, contra 11,1% em 1991. Em termos absolutos, significa dizer

que somente cerca de 2 milhões de mulheres eram mães de cinco ou mais filhos. Por outro lado, o contingente de mulheres com no máximo dois filhos cresceu de 45,3% para 53,6%; ou seja, 26,2 milhões.

Norte e Nordeste concentram as maiores taxas de fecundidade

no país, assim como os domicílios onde o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* é inferior a um quarto de um salário mínimo. Essas mulheres de famílias situadas abaixo da linha de pobreza ainda vivem, em termos de prole, no Brasil dos anos 50: entre elas, a taxa média é de 4,6 filhos.



Aborto e gravidez na adolescência: males nacionais

Contratado pelo Ministério da Saúde por R\$ 7,7 milhões, graças a convênio com a Unesco, consórcio integrado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Pernambuco realiza, de janeiro de 2006 até janeiro do ano que vem, entrevistas domiciliares com cerca de 15 mil mulheres em idade fértil (entre 15 a 49 anos) e com 5 mil crianças de até cinco anos. Os resultados serão reunidos na 2ª Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS).

Datada de 1996, a 1ª PNDS apurou que nos cinco anos anteriores à sua realização cerca de 50% dos nascimentos no país não foram planejados. Outro dado alarmante é do Painel de Indicadores do SUS, de agosto passado: em 2003, 584.223 crianças nasceram vivas de partos de mães adolescentes realizados na rede pública e credenciada. Mais ainda: segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em média 31% das gravidezes brasileiras são interrompidas. São, conforme as estimativas, cerca de 1,4 milhão de abortos espontâneos e/ou inseguros – uma taxa de 3,7 abortos para 100 mulheres de 15 a 49 anos.

Resultado disso, a rede do SUS registrou em 2004 nada menos que 244 mil internações motivadas por curetagens pós-aborto, procedimentos necessários nos casos de complicações decorrentes de abortamentos espontâneos e inseguros. O abortamento é a quarta causa de óbito materno no país – são 9,4 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

Contribui enormemente para estas estatísticas o volume de adolescentes que ficam grávidas no país. Segundo o estudo *Saúde Brasil*, em todo o país as mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos responderam por 21,8% dos partos ocorridos em 2003, e as entre 10 e 14 anos por de 0,9%. Mas em alguns estados o índice atinge patamares impressionantes, como no Maranhão (29,9% e 1,5%), Tocantins (29,3% e 1,6%) e Pará (29,1% e 1,4%). A pobreza é fator determinante nas estatísticas.

PLENÁRIO

Lupi debaterá veto à Emenda 3 no Senado

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, debaterá com os senadores o veto presidencial à Emenda 3 apresentada ao projeto de lei que criou a Super-Receita. O anúncio foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que esteve reunido com Lupi na última sexta-feira. O debate deverá ocorrer em audiência pública, com a presença de representantes de centrais sindicais.

A Emenda 3, acrescentada pelo Congresso ao projeto do Executivo, diminui o poder dos auditores fiscais ao transferir para a Justiça do Trabalho a decisão sobre possíveis irregularidades em contratos de trabalho firmados por empresas e pessoas jurídicas formadas por uma só pessoa e a consequente punição.

Segundo Paim, o ministro estará presente no Senado para construir uma proposta alternativa ao veto, que atenda tanto aos interesses do Poder Executivo quanto aos das centrais sindicais.

Ainda na sexta-feira, em seu



Paulo Paim (D) anuncia audiência no Senado para discutir o veto presidencial à Emenda 3 apresentada ao projeto da Super-Receita

primeiro discurso no Plenário, o senador Wilson Matos (PSDB-PR) defendeu a derrubada do veto presidencial à Emenda 3. Para o senador, o veto do presidente é “insustentável”.

– No mundo moderno, notadamente na sociedade do conhecimento e da informação, as relações entre as empresas e as eventuais prestadoras de serviço

são as mais complexas possíveis. Não vejo, por mais bem qualificados que sejam os auditores fiscais, condições efetivas que os habilitem a julgar um contrato de trabalho – defendeu.

O senador citou o sociólogo José Pastore, segundo o qual o tipo de empresa que mais cresce em quantidade é a que não tem empregados.

Marisa quer verbas para deter violência

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu, na última sexta-feira, a alocação de mais recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na área de saúde dos municípios, para promover ações de acompanhamento e apoio psicológico a crianças e adolescentes nas escolas. Para Marisa, essa medida poderá evitar comportamentos violentos no futuro e, dessa forma, combater a onda de crimes que está ocorrendo nas cidades brasileiras.

Além de mais recursos, a senadora disse que é preciso haver um bom gerenciamento do dinheiro e ações coordenadas do governo federal com os governos estaduais, municipais e o Congresso para combater a violência no país, que está descontrolada e crescendo a índices assustadores.

Marisa Serrano avalia que a onda de violência tem aumentado porque os governos não estão proporcionando condições suficientes de cidadania. Ao defen-

der a contratação de psicólogos nas escolas, para que as crianças, desde pequenas, possam ter acompanhamento psicológico efetivo, ela disse que é no início de suas vidas que devem ser corrigidos problemas emocionais e de comportamento para evitar complicações na fase adulta.

A senadora pediu que todos trabalhem em sintonia e cobrou dos políticos e do Congresso maiores responsabilidades.

– Temos que mostrar o caminho – ponderou.

Virgílio chama atenção para inundações

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), citou na última sexta-feira, em discurso feito no Plenário, a ocorrência de inundações em Manaus em razão de intensas chuvas que atingiram a capital amazonense na última semana. De acordo com o senador, mais de 150 famílias estão desabrigadas na capital amazonense e as “ruas se tornaram extensões dos igarapés”.

Arthur Virgílio elogiou a atuação do prefeito de Manaus,

Serafim Correa, por ter providenciado rapidamente alojamento e distribuído cestas básicas aos atingidos pelas enchentes. O parlamentar pediu o registro nos Anais do Senado de reportagens de jornais que detalham as consequências das chuvas e inundações e afirmou que acompanhará de perto as providências que estão sendo tomadas para atender à população.

No mesmo pronunciamento, o senador destacou a passagem

do Dia Mundial da Voz, celebrado em 16 de abril, e registrou a importância dos fonoaudiólogos. O líder do PSDB lembrou que já recorreu a esses profissionais quando foi atingido pela taquialgia, um problema da fala. O taquialgico, explicou Arthur Virgílio, fala aceleradamente e junta a última sílaba de uma palavra com a primeira da outra.

O parlamentar também apresentou voto de aplauso ao Comando Militar da Amazônia.

Mão Santa pede que Lula priorize obras inacabadas

Na última sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao presidente Lula que conclua as várias obras federais inacabadas em todo o país e, em especial, em seu estado.

– Apelo para que Lula cumpra o verdadeiro PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], concluindo as obras prometidas ao povo do Piauí – pediu.

Mão Santa também criticou a atuação de Lula por ter aumentado o número de ministérios e de cargos comissionados com o objetivo, segundo ele, de “abrigar companheiros” do PT.

– O presidente errou, pois aumentou de 15 ou 16 ministérios

para quase 40 e ainda nomeou 30 mil cargos comissionados.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que Lula vem enfrentando várias dificuldades e se esforçando para lidar com o setor de políticas públicas. Por esse motivo, o parlamentar pediu a Mão Santa que “abrande um pouco as críticas feitas a Lula e procure ver o lado positivo do presidente”.

Apesar de ter elogiado a edição diária do *Jornal do Senado*, Mão Santa reclamou de não ter matérias a seu respeito na edição semanal da publicação. “Sou discriminado e não apareço”, afirmou.

Jucá garante que presidente Lula irá liberar recursos

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o presidente Lula tem compromisso de liberar recursos para Roraima, independentemente das reivindicações feitas pelo governador Ottomar Pinto, em recente encontro. Jucá ressaltou que a pauta levada pelo governador é antiga e inclui pontos importantes para o desenvolvimento de Roraima, como a regulamentação fundiária e a importação de gasolina da Venezuela.

Mozarildo apela por transferência de patrimônio da União

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ao governo para que libere o patrimônio fundiário e até prédios públicos de Roraima, em poder da União, para o governo do estado. Essa situação, segundo o senador, perdura desde o tempo em que Roraima era território.

– Estamos vivendo no estado uma situação anormal, uma espécie de intervenção branca federal, porque as terras ainda estão amarradas à União, sob o domínio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – explicou.

Gilvam Borges quer esclarecimento sobre reportagem

Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu que o senador Tião Viana (PT-AC) use a tribuna para esclarecer reportagem publicada na revista *Veja* desta semana com o título “Devastação no Acre durante a gestão de Jorge Viana foi maior do que se pensava”. Governador do estado entre 1999 e 2006, Jorge Viana é irmão de Tião Viana. Gilvam Borges considerou o conteúdo do texto preocupante para a região amazônica, que, segundo lembrou o senador, tem uma política séria de meio ambiente.

Paim cobra solução para problema com quilombolas

Em discurso da tribuna, Paulo Paim (PT-RS) comentou problema envolvendo a empresa Aracruz Celulose e os quilombolas (descendentes de escravos) no Espírito Santo. Os membros dessa comunidade sobrevivem como catadores dos resíduos de eucalipto deixados pela Aracruz. Mas a empresa resolveu não permitir mais a retirada do material. Numa reunião ocorrida na terça-feira, a pedido de Paim, entre a Aracruz, quilombolas e instituições como a Fundação Palmares, foi firmado um termo de compromisso para resolver o problema.

“MPs estão acabando com Legislativo”, avalia Efraim

As medidas provisórias estão “acabando com o Poder Legislativo”. A declaração foi feita pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), em debate sobre “O papel dos legislativos municipais”, durante o II Fórum Nacional de Vereadores – evento ocorrido paralelamente à 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na semana passada.

Efraim alertou que o excesso de medidas provisórias é um

problema que está afetando fortemente também os municípios. No Congresso, explicou o senador, a “enchente” de MPs tem prioridade na votação, o que tranca as pautas de deliberações, fazendo com que o Congresso “não vote nada”.

– Podemos mudar essa prática e só aprovar MPs que realmente tenham urgência e relevância. Está na hora de a classe política mudar isso – propôs Efraim.



Durante fórum de vereadores, Efraim (C) propõe que Congresso só aprove MPs que realmente tenham urgência e relevância

Interlegis chegará a todo o Brasil, informa diretor do programa

O 1º secretário do Senado Federal, Efraim Morais, afirmou que ele e o presidente da Casa, Renan Calheiros, têm como compromisso levar os benefícios do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – a todas as câmaras de vereadores do Brasil. O senador pela Paraíba é o diretor nacional do programa, que tem como objetivo informatizar o Legislativo nacionalmente.

Voz do Leitor

CONTROLADORES DE VÔO

“Gostaria de manifestar meu apoio aos controladores de vôo, principalmente aos militares, que são submetidos a um regulamento disciplinar rigoroso e a um salário irrisório. Os controladores civis têm direito de ser sindicalizados, fazer greve e não são submetidos ao mesmo rígido regulamento que os nossos bravos guerreiros militares.”

Ronier Vaz dos Santos,
de Timóteo (MG)

RIO SÃO FRANCISCO

“Não concordo com a transposição do rio São Francisco. É obrigação do governo federal buscar outra forma de oferecer água potável para o povo brasileiro. As águas de rio acumulam-se através de um processo natural, logo, não podem ter o seu curso mudado.”

Marcelo Lopes Almeida,
de Valente (BA)

“Estou satisfeito com a opinião do Supremo Tribunal Federal para que haja a transposição do rio São Francisco e com a licença do Ibama que determina o início das obras. É um sonho prestes a se tornar realidade. O Nordeste futuramente se tornará a principal região produtora de frutas tropicais do Brasil e do mundo. Agradeço a todos os políticos que foram favoráveis à realização desse acontecimento.”

Rildo Alves de Oliveira,
de Desterro (PB)

SERVIDOR PÚBLICO

“Gostaria que o presidente Lula se lembrasse da promessa que fez, de que não trataria os servidores civis da mesma forma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas não é o que está acontecendo.”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ele esqueceu totalmente os servidores do Executivo, inclusive os de nível médio, que estão sem reajuste salarial há 12 anos. Espero que o Congresso Nacional – com senadores e deputados que foram eleitos pelo povo brasileiro – encontre a solução urgente que esse caso merece.”

José Paulo,
do Rio de Janeiro (RJ)

PLEBISCITO

“Concordo com a proposta do senador Gerson Camata que prevê a realização de um plebiscito a respeito de questões polêmicas como a legalização do aborto, o financiamento público de campanha eleitoral, a união civil de homossexuais, o fim do voto obrigatório, a redução da maioria penal e a reeleição política. O plebiscito é uma forma democrática de tomar decisões importantes.”

Jhonatan Freire de Oliveira,
de Rio Bonito (RJ)

HOMOSSEXUALISMO

“Quero manifestar o meu repúdio às palavras do senador Marcelo Crivella, para quem o comportamento homossexual seria claramente antinatural. Aproveito para dizer que o comentário do senador, além de preconceituoso, é um desrespeito por parte de um representante do povo que o elegeu. Considero isso uma falta de respeito com a comunidade homossexual.”

Tarcísio Costa,
de Belém (PA)

PASSAPORTE

“Acho um absurdo o valor cobrado pela emissão de passaporte. Sugiro que o valor passe de R\$ 120 para R\$ 52.”

Regian Josué Zucoloto,
de Venda Nova do Imigrante (ES)

Ambiente legal

Alegria faz bem à saúde. O médico Bráulio Luna Filho, presidente da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo, diz que as pessoas bem-humoradas e felizes “vivem mais e, quando doentes, se recuperam mais rápido”.

A “farra” do plástico

O mundo consome 1 milhão de sacos plásticos por minuto, segundo cálculos de especialistas. Só no Brasil, estima-se que sejam distribuídos por mês 1 bilhão desses sacos – o resíduo que mais polui as cidades e o campo. Eles prejudicam a vida animal, entopem a drenagem urbana e os rios, causando inundações. Podem levar centenas de anos para se decompor. No artigo “A farra dos sacos plásticos”, que está disponível no site do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br/a3p), o jornalista André Trigueiro alerta para o uso indiscriminado dessas embalagens e suas dramáticas



consequências. Vários países estão reduzindo a oferta de sacolas e adotando medidas para substituí-las por plásticos que se decompõem em curto prazo sem afetar significativamente a natureza. Essas tecnologias já estão disponíveis no Brasil.

TRAGÉDIA EVITÁVEL - Os acidentes de trânsito no país, decorrentes em grande parte da imprudência, matam a cada ano cerca de 40 mil pessoas e deixam 500 mil feridas (das quais 100 mil com lesões irreversíveis), além de terem um custo econômico de R\$ 25 bilhões. A observação é do especialista David Duarte Lima, professor da UnB.

Para reduzir o estresse

Ações simples ajudam a combater o estresse, que atinge 70% dos trabalhadores, diz a mestre em Psicologia e vice-presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), Sônia Simurro. “Respeitar o horário de sono, praticar atividade física, sair de

DE BEM COM O DINHEIRO - A quem deseja melhorar suas finanças, o consultor financeiro pessoal Rogério Olegário recomenda que comece “reestruturando-se internamente, revendo pensamentos e valores sobre o dinheiro. Depois, reestruture-se externamente, organizando gavetas, armários, casa. A vida financeira é só um reflexo de sua organização geral”.

DE OLHO NO ÓLEO - O óleo de cozinha resultante de frituras não deve ser jogado no ralo nem no lixo. Para reaproveitá-lo, pode-se fazer sabão caseiro, sob a supervisão de uma pessoa experiente e com cuidado, pois a soda cáustica usada na produção libera calor, podendo causar lesões na pele. Se ingerida, pode matar. É preciso usar luvas e máscara e recipiente adequado. A receita do sabão está no endereço www.manuelzaio.ufmg.br/jornal/jornal31/sabaocaseiro.htm.

Frases

“Há alguma contradição entre a forma como estão sendo veiculados os fatos e a forma como a população está enxergando os fatos, vivendo os fatos, vivenciando as ações”

Ideli Salvatti, questionando reportagens com críticas ao desempenho do governo, enquanto a pesquisa da CNT/Sensus revelou que 83% dos cidadãos fazem uma avaliação positiva ou regular do governo.

“O policial que defendia o governador [do Rio de Janeiro] foi assassinado; a ministra do STF foi assaltada; o ministro da Fazenda, num churrasco, por medo, fingiu ser um cidadão como nós. Foi assaltado. E nós?”

Mão Santa, sobre pesquisa na qual 90,9% dos entrevistados acham que a violência aumentou no país nos últimos anos.

“Além de produzir analfabetos funcionais, lançamos às ruas milhões de analfabetos digitais, incapazes de lidar com a indústria que se automatiza a cada instante”

Marconi Perillo, destacando que o Brasil precisa reencontrar o caminho do desenvolvimento investindo em educação.

“Se formos obrigados a investigar a corrupção, ela será investigada. Mas não para prejudicar A, B ou C. A percepção popular é que o governo e seus órgãos são os responsáveis pela crise no setor aéreo”

José Agripino, ao anunciar que a oposição já havia reunido 26 assinaturas pela instalação da CPI do Apagão Aéreo no Senado.

“A CPI [do Apagão Aéreo] não é o que a Casa quer, apesar de ser um direito da minoria. Não há esse sentimento investigatório no Senado. Há preocupação com assuntos mais urgentes”

Renan Calheiros, que defendeu prioridade para a votação de projetos antiviolência.

“A coalizão pode ser um marco do governo Lula, assim como foi o registro dos partidos comunistas no governo Sarney”

Sibá Machado, que conclamou o PT, PMDB, PSDB e DEM a superarem suas diferenças e montarem uma coalizão.

Foto da Semana

A crise do setor aéreo foi o tema de uma audiência realizada na quinta-feira pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Estiveram presentes o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito. O militar prometeu que 500 novos controladores de vôo estarão trabalhando até o final do ano



CÉLIO AZEVEDO

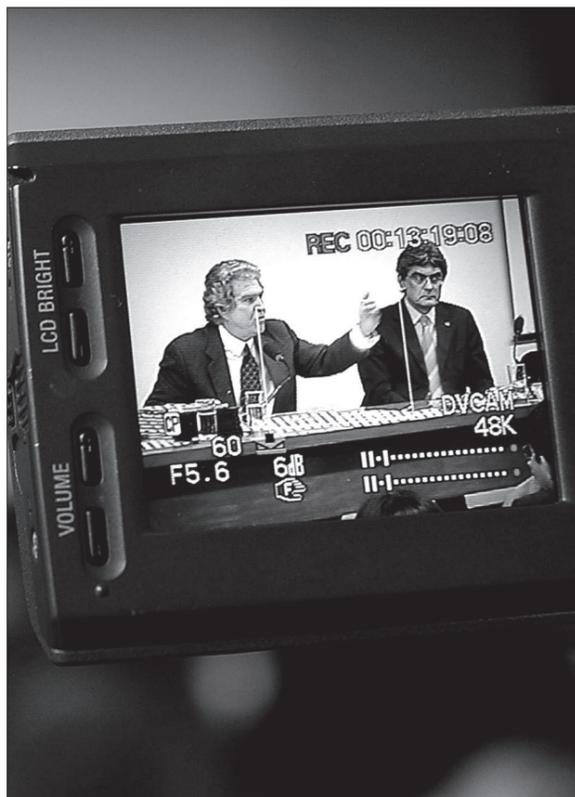
Rádio debate TV pública

Uma nova rede de TV pública poderá estar em operação no Brasil até o final deste ano, segundo previsão do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins. A discussão tem provocado polêmica no Congresso.

Os críticos da iniciativa destacam os altos custos do empreendimento e lembram que o Poder Executivo já dispõe de órgãos de comunicação. Já o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que participou de audiências na Câmara e no Senado, argumenta que o governo não está propondo uma rede estatal e, sim, uma rede pública de televisão, nos moldes da BBC inglesa. Segundo o ministro, o novo sistema tecnológico terá um canal destinado à educação, outro à cultura e um terceiro à cidadania. O quarto

canal deverá ser uma versão aprimorada do que veicula hoje a Radiobrás. O assunto será debatido segunda-feira no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, que vai ao ar às 12h.

Já o *Música do Brasil*, apresentado às 16h do sábado, com reprise às 11h de domingo, leva aos ouvintes o talento do paraibano Zé Ramalho como compositor – nas canções *Avôhai* e *Admirável gado novo* – e como intérprete em *Águas de março*, de Tom Jobim; *O trenzinho caipira*, de Heitor Villa-Lobos e Ferreira Gullar; *O que é o que é*, de Gonzaguinha; *Cantiga do sapo*, de Buco do Pandeiro e Jackson do Pandeiro; *Não quero dinheiro*, de Tim Maia; *Romaria*, de Renato Teixeira, com participação de Fagner; e *Asa branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.



A proposta de uma rede pública de televisão anunciada pelo ministro Hélio Costa (E) é tema do *Conexão Senado*

FABIO POZZEROM/A BR

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

Sistema de governo: velha e acalorada discussão

ALEXANDRE GUIMARÃES

Debate acalorado e apaixonado no Congresso brasileiro é aquele feito sempre que se apresenta uma proposta para estabelecer o sistema parlamentarista de governo. Em 21 de abril de 1993, a população brasileira teve de decidir em plebiscito que regime e sistema de governo queria.

Um desses debates ocorreu após a promulgação da Constituição de 1946. Tinha como vértices dois dos mais ilustres políticos brasileiros, então deputados federais: pelo presidencialismo, Afonso Arinos de Melo Franco; pelo sistema parlamentarista, Raul Pila.

Anos mais tarde, mais precisamente em 1958, juntos, os políticos lançam o livro *Presidencialismo ou parlamentarismo?*, hoje reeditado dentro da Coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal.

A obra reúne os pareceres de Afonso Arinos à emenda parlamentarista de Pila e os votos em separado deste aos pareceres apresentados. Ao contrário do

que se pode imaginar, os textos são belas peças argumentativas contra e a favor do parlamentarismo, onde o tema é visto em sua perspectiva histórico-política e no contexto da época, um país



CED/CO

há pouco redemocratizado, no qual as raízes populistas tinham solo firme para se desenvolverem.

Destacam-se também nessa edição os textos introdutórios feitos pelo senador pernambucano e imortal Marco Maciel (atual ocupante da ca-

deira 39 da Academia Brasileira de Letras e, à época, vice-presidente da República) e pelo saudoso político gaúcho Nelson Marchezan.

A demonstração explícita de perfeita argumentação empreendida pelos dois políticos faz o leitor ter uma noção precisa dos prós e contras de cada sistema. O debate, naquele momento de nossa história, foi vencido por Afonso Arinos, que, anos mais tarde, estaria "convertido" ao parlamentarismo, defendendo-o, inclusive, durante a última Constituinte.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Presidencialismo ou parlamentarismo?*, da Coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Documentário celebra 100 anos de Niemeyer

O Senado lança, na quarta-feira, às 20h, o documentário *A vida é um sopro*, um registro da obra de Oscar Niemeyer. A solenidade de lançamento do filme será realizada no Auditório Petrônio Portela e marca o início das comemorações do centenário do arquiteto carioca que projetou Brasília, a ser celebrado no dia 15 de dezembro.

Deverão estar presentes à cerimônia, além do diretor e roteirista Fabiano Maciel, a distribuidora do filme, Bianca De Felippes, e a diretora-executiva da Fundação Oscar Niemeyer, Ana Lúcia Nie-

meyer de Medeiros.

Com 90 minutos de duração, o filme – produzido pela Santa Clara Comunicação em vídeo digital, em 16mm – é o primeiro documentário de longa-metragem do diretor gaúcho Fabiano Maciel e do produtor carioca Sacha. Ele reconstrói a história do profissional que é considerado o maior ícone da arquitetura moderna brasileira.

É o próprio Niemeyer que conta como concebeu seus principais projetos. O filme, ainda, mostra de que forma ele revolucionou a arquitetura de seu tempo, ao adotar curvas e explorar novas

possibilidades de utilização do concreto armado.

A vida é um sopro mostra locações no Brasil, na Argélia, na França, na Itália, nos Estados Unidos, no Uruguai, na Inglaterra e em Portugal, e apresenta imagens de arquivo inéditas e raras. O documentário conta ainda com depoimentos de personalidades como os escritores José Saramago, Eduardo Galeano e Carlos Heitor Cony; o poeta Ferreira Gullar, o historiador Eric Hobsbawm, o cineasta Nelson Pereira dos Santos, o ex-presidente de Portugal Mário Soares e o compositor Chico Buarque.

Cristovam publica conversa com Celso Furtado

Cristovam Buarque (PDT-DF) lançou, na semana passada, o livro *Foto de uma conversa – Celso Furtado e Cristovam Buarque*. O evento, em Brasília, também contou com a participação do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

Lançado pela Editora Paz & Terra, a publicação registra uma conversa mantida em Paris, em 1991, entre o então reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam Buarque, e o economista Celso Furtado, idealizador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ex-ministro do Planejamento no governo João Goulart, e da Cultura no governo José Sarney.



Agaciel Maia (E) participa do lançamento do livro de Cristovam Buarque em Brasília

– Foi uma conversa entre dois economistas com profunda preocupação cultural e ambiental e preocupados também com a democracia – disse o senador.

O registro do encontro, contido em três fitas cassete, permaneceu guardado por 16 anos.

Em 1964, com o golpe militar, Celso Furtado teve os direitos políticos cassados por dez anos e se exilou no Chile. O economista também viveu nos Estados Unidos e na França,

país que adotou como segundo lar. Em 1997, sucedeu Darcy Ribeiro na Academia Brasileira de Letras, morrendo em 2004, aos 84 anos.

Arquivo aberto



ROOSEVELT PINHEIRO

A imagem ao lado foi registrada pelo fotógrafo Roosevelt Pinheiro em 6 de novembro de 2001, e publicada no *Jornal do Senado* no dia seguinte. É uma manifestação sobre o julgamento dos então acusados pela morte do índio Galdino Pataxó, ocorrida há dez anos, em 20 de abril de 1997. O crime chocou o país. Galdino teve o corpo queimado enquanto dormia em um ponto de ônibus, em Brasília. Ele estava na capital federal para participar de comemorações pelo Dia do Índio.

Há 10 anos

Em 17 de abril de 1997, Brasília recebeu a Marcha dos Sem-Terra. Exatamente um ano depois do conflito de Eldorado dos Carajás, eles reivindicavam reforma agrária. Nesse dia, em discurso registrado pelo arquivo de áudio do Sistema de Serviços de Telecomunicações (Stel), o então senador Abdias Nascimento disse que “é realmente uma revolução social de grande importância e nós devemos depositar nela muitas esperanças, não só na reforma agrária, mas também numa modificação das estruturas ainda coloniais deste país”.

Há 5 anos

Em 18 de abril de 2002, o Senado Federal aprovou o projeto que incluiu, no sistema de TV a cabo, um canal reservado para o Supremo Tribunal Federal (STF). O senador Sebastião Rocha, na sessão plenária desse dia, comentou de forma descontraída a criação da TV Justiça: “o único problema da TV a cabo do Supremo Tribunal Federal será a concorrência com a TV Senado. Digo isso pela importância que tem hoje a TV Senado para a sociedade brasileira. Seguramente, a televisão do Supremo Tribunal Federal também será importante, principalmente para as cidades do interior”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Menopausa marca início de nova fase

A menopausa é um acontecimento natural na vida de todas as mulheres, embora poucas digam que os sintomas parecem normais. As ondas de calor, suores noturnos, alterações de humor, cansaço e outros incômodos podem fazer dessa etapa uma das fases mais difíceis da vida, tanto em termos emocionais quanto físicos. O que não impede as mulheres de serem felizes também durante a fase da menopausa. A questão tem ainda mais importância com o aumento da expectativa de vida: atualmente, considerando que a última menstruação ocorre por volta dos 50 anos, um terço da vida da mulher acontece depois da menopausa. E é preciso garantir que essa longa etapa seja percorrida com o máximo de saúde e qualidade de vida. Veja nesta edição do *Especial Cidadania* o que é a menopausa e como lidar bem com ela.



Mulheres de meia-idade se exercitam no Parque da Cidade, em Brasília; a fase da menopausa pode ser plena de atividade

O que é

Embora o termo “menopausa” tenha sido criado para designar a última menstruação (a primeira é chamada “menarca”), hoje em dia as pessoas chamam de menopausa todo o período de mudanças no organismo feminino, desde as primeiras alterações hormonais até a última menstruação.

Já os médicos chamam esse período de “climatério”, que é a transição da fase reprodutiva,

que começa com a menarca e termina com a menopausa, para a não reprodutiva, em que os ovários deixam de funcionar.

Essa transição acontece quando acabam os óvulos que toda mulher traz desde o nascimento e que são liberados a cada ciclo menstrual. Sua principal característica é a diminuição da produção dos hormônios estrógeno e progesterona pelos ovários, até

a parada completa.

A diminuição dos níveis hormonais atinge todas as mulheres e começa por volta dos 40 anos. Já a menopausa (última menstruação) ocorre entre os 48 e 55 anos (o mais comum é aos 51). Quando ocorre em mulheres com menos de 40 anos é chamada de menopausa prematura. Não há como precisar ou definir quando ocorrerá a menopausa.

Sintomas

O estrogênio é o hormônio básico da mulher. Sua produção começa na adolescência, quando é responsável pelo aparecimento dos sinais sexuais secundários, como pêlos púbicos, formas arredondadas do corpo etc., e vai até a menopausa.

O estrogênio está envolvido em diversas funções e características do organismo, como textura da pele e da vagina, distribuição de gordura no corpo, equilíbrio das gorduras no sangue (colesterol), fixação de cálcio nos ossos, autoestima e memória.

Assim, embora algumas mulheres passem pelo climatério sem grandes transtornos ou até

sem sentir nada, outras podem sofrer com:

- ▶ irregularidade dos ciclos menstruais;
- ▶ ondas de calor: vermelhidão súbita na face e no tronco, sensação intensa de calor no corpo e transpiração excessiva, sentidas por cerca de 80% das mulheres no climatério. Podem aparecer a qualquer hora e muitas vezes são tão desagradáveis que chegam a interferir nas atividades do dia-a-dia;
- ▶ suor noturno;
- ▶ diminuição do desejo sexual: em geral causado pela reação negativa da mulher às mudanças;
- ▶ a vagina sofre alterações: fica

mais estreita e curta, perde a elasticidade e o tecido fica frágil. Diminui a secreção e podem aparecer inflamações;

- ▶ dor durante o ato sexual: resultante das alterações vaginais;
- ▶ aumento da frequência urinária, às vezes com ardência;
- ▶ diminuição do brilho da pele e uma distribuição de gordura mais masculina, ou seja, na barriga;
- ▶ aumento do colesterol ruim;
- ▶ diminuição da atenção e memória;
- ▶ insônia, irritabilidade e ansiedade: a alteração hormonal afeta as reações do cérebro; e
- ▶ depressão.

Etapas na vida da mulher

Perimenopausa (climatério) - Diminuição dos níveis hormonais

Essa fase ocorre entre os 40 e os 50 anos. A mulher ainda ovula e menstrua, mas começa a sentir alguns sintomas. Geralmente persiste durante cinco anos, mas pode durar somente dois ou até oito. Nos últimos dois anos aparece um maior número de sintomas, devido à diminuição acelerada da produção de estrogênio.

Menopausa - Ciclos menstruais param

Acontece geralmente em torno dos 50 até 55 anos. Os ovários param de liberar óvulos e de produzir estrogênio. Nesta fase os sintomas ficam ainda mais intensos. Quando a menstruação pára por um ano, considera-se que está concluída a transição.

Pós-menopausa - Aumento dos riscos para a saúde

Os sintomas diminuem para a maioria das mulheres, mas muitas começam a sofrer os efeitos da menopausa para a saúde, principalmente a osteoporose e as doenças cardiovasculares. O estrogênio protege o coração e os vasos sanguíneos, impedindo a formação de trombos e mantendo os níveis do bom colesterol, e também evita a perda óssea. Quando essa proteção acaba essas doenças podem surgir ou ser agravadas.

Tratamento não é unânime

Mesmo sendo uma fase biológica, natural, muitos médicos propõem que as mulheres sejam medicadas durante o climatério. O tratamento deve ser individualizado e consiste na reposição dos hormônios que estão parando de ser produzidos, como o estrogênio. O objetivo é reduzir os sintomas e os riscos de doenças cardiovasculares e de osteoporose.

Vantagens do tratamento

- ▶ evita a osteoporose (perda de cálcio nos ossos, que ficam mais propensos a fraturas)
- ▶ diminui os sintomas

da menopausa

- ▶ melhora a vida sexual
- ▶ melhora as condições cardiovasculares.

Desvantagens

- ▶ custo alto
- ▶ tratamento prolongado
- ▶ efeitos colaterais (veja mais abaixo)
- ▶ em algumas mulheres, aumenta a probabilidade de ocorrer câncer de mama.

Como não há unanimidade acerca do tratamento mais conveniente, discuta com seu médico todas as vantagens e riscos dos diversos tipos de terapia.

Atenção para os riscos

- ▶ Não inicie tratamento hormonal sem supervisão médica.
- ▶ Mesmo que esteja dando certo, vá ao médico periodicamente.
- ▶ Não abandone o tratamento sem autorização do médico: isso pode causar alterações irreversíveis.
- ▶ Discuta os efeitos colaterais com seu médico.
- ▶ Mulheres com história de hemorragias vaginais, trombozes, embolias, varizes ou hemorroidas graves não podem fazer a reposição de estrogênio.

Vida sexual pode melhorar

Há mulheres que experimentam uma melhora da vida sexual, pois não mais temem uma gravidez indesejada e já não estão tão cansadas pelo cuidado com os filhos pequenos.

Para outras o desejo pode diminuir, pelo desconforto do ato sexual, causado pelas alterações no organismo. Algumas decidem “encerrar” sua vida sexual, muitas vezes pela vergonha de

buscar um médico e resolver os problemas que surgem. A vida sexual, que é questão individual, acaba sendo muito influenciada por fatores culturais.

Nesse período é preciso ter mais cuidado durante o sexo, especialmente porque há menos lubrificação vaginal, o que facilita o aparecimento de infecções. Os médicos recomendam o uso de lubrificantes íntimos.

Na dúvida, ouça especialistas

- ▶ Se surgirem problemas sexuais, discuta-os com o seu ginecologista e procure um terapeuta sexual, que pode orientá-la sobre como usufruir melhor de sua sexualidade.
- ▶ Se sentir tristeza ou desânimo intenso, fadiga, irritabilidade, baixa autoestima, conte ao ginecologista e procure a ajuda de um psiquiatra.
- ▶ Nada impede que, na maturidade, a mulher tenha uma vida sexual plena.

Depressão deve ser tratada

Não está provado que a diminuição do estrogênio e da progesterona cause depressão. Mas muitas mulheres têm crises da doença nessa fase, em geral em razão dos seguintes fatores:

- ▶ percepção de que essa fase da menopausa marca a chegada da velhice;
- ▶ mudanças grandes na aparência do corpo;
- ▶ medo da perda do desejo e da vida sexual;

▶ insegurança quanto ao parceiro, ou medo de “acabar sozinha”;

- ▶ saída dos filhos de casa;
- ▶ vergonha de discutir dúvidas e receios com o parceiro, o médico ou as amigas e conseqüente isolamento; ou
- ▶ depressões anteriores.

O tratamento para depressão pode e deve ser feito nessa fase (veja a edição 146, de 30 de outubro de 2006).

Viva melhor

Antes e depois da menopausa:

- ▶ Coma mais soja: a soja tem componentes que funcionam como o hormônio estrógeno.
- ▶ Faça ginástica: as mulheres sedentárias têm mais ondas de calor do que as que se exercitam.
- ▶ Pare de fumar e não beba em excesso: as fumantes têm mais ondas de calor que as não fumantes.
- ▶ Tenha projetos de vida e invista neles: recomece sempre, busque atividades que lhe dêem prazer, faça novas amizades.
- ▶ Não tenha vergonha: converse com seu médico e com sua família.

SAIBA MAIS

Associação Brasileira do Climatério
São Paulo (SP) - Caixa Postal 60.160 - CEP 05323-970
(11) 3781-7124 e 3781-1188
www.menopausa.org.br

Menopausa
www.menopausa.com.br
Psiquweb
gballone.sites.uol.com.br
ABC da Saúde
www.abcdasaude.com.br